

Coleção Vértice

52

A VIRGEM NOSSA SENHORA

FEDERICO SUÁREZ

A VIRGEM
NOSSA SENHORA

2ª edição

Tradução
Maria Pacheco



QUADRANTE

São Paulo

2021

Título original
La virgen Nuestra Señora

Copyright © Ediciones Rialp, S.A. Madrid, 2019

Capa
Gabriela Haeitmann

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Suárez, Federico

A virgem Nossa Senhora / Federico Suárez; tradução de Maria Pacheco. – 2ª ed. – São Paulo : Quadrante Editora, 2021.

Título original: *La virgen Nuestra Señora*

ISBN: 978-85-7465-060-9

1. Maria, Virgem, Santa - Teologia 2. Maria, Virgem, Santa - História e doutrina 3. Maria, Virgem, Santa - Teologia - Estudo comparado I. Título

CDD 232.91

Índice para catálogo sistemático:

1. Virgem Maria : Teologia dogmática cristã 232.91

Todos os direitos reservados a
QUADRANTE EDITORA
Rua Bernardo da Veiga, 47 - Tel.: 3873-2270
CEP 01252-020 - São Paulo - SP
www.quadrante.com.br / atendimento@quadrante.com.br

Sumário

Introdução.....	7
A Anunciação.....	9
O fato e o seu significado.....	11
O desígnio de Deus.....	20
A mensagem.....	27
A recepção da mensagem.....	36
A resposta.....	51
O sentido da vida.....	64
A Visitação.....	71
O espírito de comunicação.....	73
A qualidade do instrumento.....	81
Primazia da fé.....	89
Humildade e docilidade.....	102
Jesus no Templo.....	119
A conduta de Jesus.....	121
Os dois planos existenciais.....	126
O quarto mandamento.....	132
A vocação para o casamento e a missão dos pais.....	140
Vida oculta.....	155
Vida interior.....	157
Espírito de pobreza.....	163
O pressentimento da cruz.....	172

Sentido sobrenatural.....	178
Naturalidade e discrição.....	184
O valor das pequenas coisas.....	192
Caná.....	199
A vida de relação.....	201
A oração de Nossa Senhora.....	210
<i>Fazei o que Ele vos disser</i>	216
<i>Mater dolorosa</i>	225
A Virgem junto à Cruz.....	227
O sacrifício do filho.....	236
<i>Ecce filius tuus</i>	243
<i>Spes nostra, causa nostrae laetitiae</i>	249

Introdução

A Virgem Maria é a criatura mais perfeita que saiu das mãos de Deus. É tão simples e delicada, tão prodigiosamente humilde e pura, que lhe queremos bem sem querer.

A sua passagem pelo mundo mal foi notada pelos seus contemporâneos. Também as nossas vidas não têm nada de extraordinário, nada que chame a atenção. Mas aos olhos de Deus, a Virgem Maria foi única, e o seu papel na criação, insubstituível. Foi-nos dada pelo Pai, deu-nos o Filho, deu-se ao Espírito Santo. E alegra o coração dos seus filhos, porque é tão amável e tem um coração tão maternal!

Nós também importamos para Deus, temos o nosso pequeno papel no universo, e até, de certo modo, ninguém nos pode substituir: cada um de nós é único.

E talvez a consideração da nossa Mãe do céu, da sua passagem pela terra, nos possa ajudar a ser o que Ela foi: a mais generosa colaboradora de Deus que jamais houve. Porque a nossa vida, se tem algum sentido, é por referência a Deus, de acordo com esse pequeno papel que devemos desempenhar na criação e para o qual fomos criados e dotados convenientemente.

Pouco sabemos, é certo, da vida de Nossa Senhora, mas, no fundo, não é necessário saber muito mais. Cheia de graça desde o primeiro instante da sua concepção, a vida da Virgem Maria é, ao mesmo tempo, singular e exemplar. É verdade que não há outro modelo além de Jesus Cristo; mas também é verdade que jamais houve criatura alguma que o tenha imitado tão fielmente, que tenha reproduzido com tanta exatidão a imagem do seu Filho. E se Deus não nos quis entregar o Verbo diretamente, antes no-lo deu por intermédio de sua Mãe, não será o melhor caminho para a imitação de Cristo o da imitação de Nossa Senhora?

A Anunciação

Estando já Isabel no seu sexto mês, enviou Deus o anjo Gabriel a Nazaré, cidade da Galileia, a uma virgem desposada com um varão da casa de Davi, chamado José; e o nome da Virgem era Maria. E tendo entrado o anjo onde ela estava, disse-lhe: «Ave, cheia de graça, o Senhor é contigo: bendita és tu entre as mulheres». Ao ouvir essas palavras, a Virgem turbou-se e pôs-se a considerar o que significaria tal saudação. Mas o anjo disse-lhe: «Não temas, Maria, porque achaste graça aos olhos de Deus: eis que conceberás no teu seio e darás à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus. Ele será grande, e será chamado Filho do Altíssimo. O Senhor Deus dar-lhe-á o trono de seu pai Davi, e reinará na casa de Jacó eternamente, e o seu reino não terá fim». Mas Maria disse ao anjo: «Como se fará isso, se não conheço varão?» Em resposta, o anjo disse-lhe: «O Espírito Santo descera sobre ti e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra. E por isso, o Santo que de ti há de nascer será chamado Filho de Deus. E aí tens a tua parente Isabel, que na sua velhice concebeu também um filho, e aquela que se chamava estéril está hoje já no sex-

to mês; porque, para Deus, nada é impossível». Então disse Maria: «Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra». E o anjo retirou-se da sua presença (Lc 1, 26-38).

O fato e o seu significado

A cena não pode ser mais simples nem ser contada com maior simplicidade. Uma virgem, de nome Maria, está na sua casa em Nazaré. É jovem, uma adolescente – a tradição dá-lhe catorze a quinze anos – e acha-se desposada com um varão da casa de Davi chamado José.

E eis que, encontrando-se porventura em oração, como normalmente preferem representá-la os pintores e os autores espirituais, de repente nota que não está só. Um anjo entrou e saúda-a com umas palavras inesperadas que a desconcertam momentaneamente.

A primeira atitude ante a saudação do anjo é uma reação puramente natural: Maria fica perturbada. Mas a perturbação não se apossa dela de uma maneira total nem lhe paralisa qualquer outra atividade; pensa no que poderão significar essas palavras, qual a razão por que tais elogios poderão dirigir-se a Ela – a Ela precisamente! – e, além disso, proferidos por um anjo. Que explicação poderá ter tudo aquilo?

É Gabriel, o anjo, quem se apressa a tranquilizá-la, desvendando o mistério: conceberá no seu seio e dará à luz um filho, a quem porá o nome de Jesus; esse Filho será grande, será chamado Filho do Altíssimo e Deus lhe dará o trono de Davi, para que reine eternamente na casa de Jacó; e o seu reino não terá fim.

A Virgem Maria, como sucedia com todos os israelitas, era versada na Escritura. Tinha sido instruída na Revelação desde pequena, segundo era hábito entre os judeus, e conhecia a maravilhosa história do seu povo – o povo eleito –, bem como o seu sentido: ia desembocar, na plenitude dos tempos, na vinda do Salvador que redimiria Israel dos seus pecados. Era-lhe familiar a noção do Messias, assim como as passagens da Escritura que a ele se referiam, as profecias messiânicas e as locuções empregadas para o designar.

As palavras do anjo soavam a profecia, e Maria teve clara consciência, embora não só pelas palavras, mas também pela sua extraordinária sensibilidade interior para a misteriosa voz de Deus, de que Gabriel lhe desvendava os desígnios do Criador sobre Ela: fora destinada para Mãe do Messias, do Redentor. Ia ser aquela Virgem de quem falara Isaías (cf. Is 7, 14), a Virgem que conceberia e daria à luz um filho cujo nome seria *Emmanuel*, isto é, Deus conosco. Mas como se faria isso?

Foi essa, precisamente, a pergunta, a única pergunta, que formulou ao anjo Gabriel. A mensagem do enviado está já compreendida e aparece com toda a clareza; não permite interpretações nem se presta a equívocos. Mas Ela é virgem e, mais ainda, desde pequena ofereceu a Deus a sua virgindade, numa doação plena e exclusiva. Se uma virgem tem de conceber, e essa virgem é ela..., como há de ser? «Porque eu não conheço varão».

Não se pode interpretar a pergunta de Maria como uma oculta e velada, mas firme, resolução de se conservar virgem, ainda que para tanto tivesse de renunciar a ser a Mãe do Messias. É inconcebível pensar que pusesse alguma coisa, mesmo de tão subido valor e tão agradável a Deus como a virgindade, acima da Vontade divina, do plano de Deus a respeito dela; teria sido colocar um valor acima do valor

supremo e esse agarrar-se à vontade própria em menosprezo da vontade explícita de Deus teria implicado um certo pecado de orgulho. E isso era impossível, porque estava cheia de graça.

A afirmação de que não conhecia varão é um modo de indicar ao anjo a sua entrega a Deus. Se a Virgem fizera de si própria essa entrega, não fora por capricho, mas por um impulso do Espírito Santo, do próprio Deus. Mas agora, Deus, por meio de Gabriel, dizia-lhe que ia conceber e ser mãe. Como havia de ser?

Não se importava com a aparente contradição entre as duas indicações de Deus: sabia que Deus não se pode contradizer; preocupava-a, talvez, o não saber exatamente qual tinha de ser o seu papel, o que devia fazer. Pede com simplicidade um esclarecimento, porque, para colaborar plenamente com o plano divino, precisava de ter um conhecimento claro da natureza e dos limites da sua intervenção.

E, de novo, o anjo explica-lhe: não conceberá por obra de homem algum, mas do próprio Deus, pois o Espírito Santo a cobrirá com a sua sombra e a fecundará. Por isso, o filho que dela nascer será chamado Filho de Deus: será de Deus e dEla.

Não era necessário acrescentar mais nada, realmente. Mas tudo aquilo era tão grandioso, tão inconcebível para qualquer mentalidade humana, tão fora de todas as leis naturais e de toda a inteligência, que Gabriel lhe deu um sinal: Isabel, sua prima, que era velha e estéril, tinha concebido e estava já no sexto mês, porque para Deus não há nada impossível. Nada. Nem sequer que uma virgem se torne mãe sem deixar de ser virgem; nem sequer que Deus seja Pai, Filho e Esposo.

A resposta da Virgem Maria é imediata: *fiat*, faça-se. Não pede tempo para pensar, não há nEla um instante de

dúvida ou de vacilação. Tomou conhecimento do que Deus queria dEla à medida que Gabriel ia desfiando as palavras da sua mensagem; faz uma pergunta, inteligentíssima, para saber exatamente não o que Deus quer dEla, porque isso já o sabe, mas como deve proceder; e, mal o sabe, entrega-se totalmente à vontade do seu Criador.

Imediatamente o Verbo se faz carne. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, encarna-se nas entranhas virginais de Maria. E, isto, o mais assombroso e admirável acontecimento no universo desde que o mundo é mundo, desde a criação do cosmos a partir do nada, faz-se com a maior simplicidade, na mais absoluta intimidade, sem espetáculo, sem que ninguém o saiba!

À vista desse episódio singular, que teve lugar em breves minutos numa humilde casa de Nazaré, e observando o conjunto do fato, descobrimos antes de mais nada, e em relação à Virgem Maria, que o acontecimento teve para Ela uma importância decisiva. Até então, a sua vida decorrera ignorada, na obscuridade. E, de repente, um fato extraordinário (fora do ordinário) a situa em plena evidência. É o momento culminante da sua vida, o momento em que uma súbita iluminação a faz conhecer a razão da sua existência, o porquê de tudo.

Com a Anunciação, a Virgem compreendeu claramente que ia ser a Mãe de Deus, mas não apenas isso; as palavras que o anjo lhe comunicou, da parte do próprio Deus, fizeram-na também adquirir consciência de que Deus a tinha criado *para* Mãe do Messias, do Salvador há tanto tempo esperado. Toda a sua vida anterior e futura ficou repentinamente banhada por uma torrente de luz. A maravilhosa e inesperada saudação de Gabriel tinha agora sentido para ela; agora compreendia por que estava cheia de graça, mais ainda, por que *era* a cheia de graça, por que tinha sido

sempre tão sensível às mais ligeiras sugestões do Espírito. Todos os pequenos fatos que constituíam a trama de sua existência – e essa mesma existência na sua totalidade – ganhavam agora um relevo inusitado; ao ouvir a mensagem do anjo, tudo teve uma explicação absoluta, mais que metafísica, sobrenatural.

Foi como se, de repente, a Virgem se tivesse colocado no centro do universo, para além do tempo e do espaço. Conhecia, pela Escritura, o plano de Deus: a criação do cosmos, a criação da vida e a criação do homem; a queda que destruíra para sempre o equilíbrio da natureza humana e a promessa do Redentor que havia de restaurá-la, cumprindo o plano salvífico de Deus... Todo o universo criado movia-se impelido por forças superiores, num progressivo desenvolvimento do plano divino; e, com o universo inteiro, Ela também, empenhada em dar glória a Deus com o louvor e a pureza do seu coração, humilde e escondida, ignorada, como uma pequena peça anônima e insignificante. Mas agora descobre que é uma peça fundamental, que vai ser a Virgem que conceberia, a Mãe-Virgem profetizada há muitos séculos. E o seu Filho ia ser Deus.

Daí em diante, o seu lugar na Criação passou a ser perfeitamente conhecido, claro; e, desse alto posto de observação, passou também a ser compreendido, na medida em que é possível a uma criatura, o sentido da História, esse misterioso sentido da pausada e inexorável realização do plano de Deus. Passado e futuro, nas suas mais amplas dimensões, fundiram-se nesse momento único. O sigilo, para Ela, estava quebrado: Deus fizera-a participar do seu segredo, revelara-lhe o seu mais caro desígnio.

A partir desse instante, o seu caminho torna-se imensamente transparente: está determinado pela Anunciação. Mais ainda: contém-se já todo inteiro, em germe, na sua

maternidade divina. O futuro já não é coisa exclusivamente sua: o próprio Deus ir-lhe-á indicando, através de mil pequenas incidências, qual há de ser a sua atitude em cada momento, a sua conduta em todas as circunstâncias. Possui já o critério geral acerca do seu modo de agir: se o agir segue o ser, Ela é a cheia de graça e, logo que pronunciou o *faça-se*, a Mãe do Salvador. Tudo o mais é pura consequência.

Também se abriu ante os seus olhos o sentido do passado. Antes de nascer, já os profetas se tinham ocupado dEla e escrito a respeito dEla. Quando Adão e Eva tinham pecado e, despojados dos seus dons, haviam sido expulsos do Paraíso, Ela, a Imaculada, estivera presente na promessa de Deus. Eis como a prodigiosa história do povo de Deus se tornava transparente. Como agora era fácil entender tudo!

No cume do seu caminho, estendia-se desde o princípio dos tempos uma complicada trama de fatos, frequentemente desconcertantes: a história paciente da graça de Deus conduzindo tudo à plenitude dos tempos, sem afetar a liberdade dos homens. Quantas coisas tinham tido que acontecer – os patriarcas, o cativo no Egito, Moisés e os duros anos do deserto, a conquista da terra prometida, os Juízes e os Reis, o cativo na Babilônia, a luta dos Macabeus... – até que soasse a hora de Deus! Tudo tinha contribuído para esse minuto decisivo. Todo o passado, desde a criação, tinha tido alguma relação com Ela; todo o futuro, a história que decorreria até o fim dos tempos, estaria também relacionada com Ela.

Não era um simples acaso que fosse da estirpe de Davi e estivesse desposada com um varão da mesma ascendência. Também não o era o fato de ter nascido na Judeia, de o seu nascimento ter coincidido com acontecimentos tais como o de o cetro de Judá se encontrar nas mãos de uma dinastia

estrangeira ou o de estar em preparação a grande paz octaviana: Deus tinha previsto tudo.

Desse modo, a Anunciação foi para a Virgem Maria a chave de toda a sua existência. Livremente e sem contar com Ela, Deus fixara o seu papel na criação, e o momento em que Nossa Senhora o descobriu foi de uma iluminação que lhe atingia a vida inteira, e com a qual se produziu nela um amadurecimento e uma profundidade que a fariam andar pela vida atenta apenas às suas próprias ocupações, sem que as ondas do mundo, quaisquer que fossem as circunstâncias, chegassem a alterar a sua essência radical, pois o que cada pessoa é procede do desígnio de Deus a seu respeito.

Nunca houve monotonia na sua vida. Quando Deus toma posse de uma alma, quando esta acede plenamente a colaborar com Ele, aceitando e desempenhando em cheio e sem reservas o papel que o Criador lhe designou no universo, a vida converte-se numa aventura gigantesca e apaixonante. É esse deixar-se invadir por Deus que dá à vida o seu sentido e a transforma numa realidade que vale a pena viver, que elimina a raiz de toda a rotina, que dá interesse e relevo aos mil pequenos acontecimentos da existência cotidiana.

Se quisermos explicar o conjunto da Anunciação em termos familiares à nossa linguagem habitual, diremos que, para a Virgem Maria, esse acontecimento foi, simplesmente, a descoberta da sua vocação. Com efeito, se perguntarmos qual foi a vocação de Nossa Senhora, a resposta imediata é que foi a de Mãe do Salvador, da qual teve conhecimento pela mensagem de Gabriel.

Assim, a Virgem Maria surge na História repentinamente, como um relâmpago, sem que o caminho tenha sido previamente aplainado com notícias que gradualmente conduzissem ao momento culminante. A primeira notícia que

temos dEla é, precisamente, a que nos fala da sua vocação; com ela, Nossa Senhora inicia a sua entrada no Evangelho.

De quantas coisas importantes podem acontecer na vida, a mais importante, a que ilumina e explica todas as outras, é, sem dúvida, a vocação, isto é, a descoberta do sentido da vida, do objeto da existência. Eis por que o primeiro problema a ser examinado, em função de um possível esquema que tenda a fixar precisa e objetivamente os marcos para uma imitação de Nossa Senhora, é o problema da vocação.

Normalmente, costuma empregar-se o termo «vocação» num sentido restrito: ter vocação equivale a consagrar-se a Deus, quer no sacerdócio, quer no estado religioso ou de qualquer outra maneira. Assim, costuma-se dizer de uma pessoa que não tem vocação quando é nitidamente evidente que o matrimônio é o estado indicado para essa pessoa.

Este conceito limitado da vocação imprime à palavra uma certa carga de exigência, de renúncia, de coisa definitiva e irrevogável, absoluta, que, pelo menos num certo grau, a torna temível. Não é difícil, com efeito, observar entre a juventude, entre rapazes e moças de dezessete a vinte e dois ou vinte e três anos, uma certa atitude de reserva ante a possibilidade da vocação, um estar em guarda, como que pronto para defender-se do perigo. Semelhante atitude traduz-se – naturalmente naqueles ou, pelo menos, em muitos daqueles para quem o vocábulo tem algum sentido – numa cuidadosa atenção em não transpor certos limites nas relações com Deus, não vá suceder que Ele peça demasiado... ou peça tudo. Deste modo, uma certa falta de sinceridade, uma íntima e sutil falsidade, muitas vezes inconsciente, embacia essas vidas e constitui um potente freio que com muita frequência lhes impede a plenitude da sua condição de cristãos.

De certo modo, essa ciosa proteção da independência pessoal, esse medo instintivo à entrega, à vocação (no sentido referido), é explicável, dada a contextura da natureza humana. Mas se à palavra «vocação» dermos um alcance mais amplo, então torna-se patente o absurdo e o irracional dessa atitude. Uma atenta consideração dos versículos do Evangelho de São Lucas acima transcritos permite, com efeito, alcançar uma visão mais abrangente da vocação, mais compreensiva de todo o gênero de caminhos, uma visão que torna possível discernir os seus elementos integrantes, deduzir ensinamentos de caráter prático e vital.

Em primeiro lugar, não parece excessivamente arriscado admitir que a Anunciação, a vocação de Maria, é um protótipo, um modelo exemplar do fenômeno da vocação. Por um lado, a Virgem Maria é uma criatura; por outro, é a mais perfeita das criaturas saídas das mãos de Deus. A sua proximidade da Trindade – Filha do Pai, Mãe do Filho, Esposa do Espírito Santo – situa-a num plano excepcionalmente elevado, muito perto da fonte de toda a graça, onde as coisas se manifestam com maior pureza, isto é, com a menor quantidade possível de influências terrenas que mascaram ou obscurecem o fenômeno sobrenatural. A vocação, pois, aparece-nos em Maria num estado puro, diáfano, sem mistura de impurezas, sem nuvens de fumaça que deem lugar a imprecisões ou à confusão.

Uma análise da Anunciação abre perspectivas de grande amplitude e de enormes consequências. Podemos facilmente observar nela três momentos diferentes. Há, no princípio, uma notificação do que Deus quer de Maria, o que poderia chamar-se a designação do seu lugar na criação. Há, depois, por parte dEla, uma captação da vontade de Deus, uma tomada de consciência do lugar que lhe foi fixado no mundo, uma como que participação no conhecimento que

Deus tem da missão que lhe cabe. E, por último, uma resposta ao convite implícito na Anunciação, resposta que em Nossa Senhora foi de plena, imediata e absoluta aceitação.

Toda a vocação tem essas três fases: anunciação do desígnio divino, conhecimento desse desígnio, e, finalmente, a resposta (aceitação ou não aceitação). São três elementos que integram, em partes iguais, um fato único; e não parece prudente, para uma completa compreensão do fenômeno, fazer recair a importância no último deles, na resposta: responde-se a alguma coisa, a uma proposta ou a um convite, que é prévio e já se conhece.

O desígnio de Deus

O desígnio é anterior à Anunciação.

Antes que uma coisa seja comunicada, examinada, essa coisa existe. Quando o anjo Gabriel expõe à Virgem Maria o plano divino, o que Deus preparou para Ela, não lhe fala no condicional, mas – passe a expressão – taxativamente: «*Achaste graça aos olhos de Deus... Conceberás no teu seio e darás à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus...*» Não pede o parecer da Virgem: anuncia-lhe fatos que estão prestes a cumprir-se. Sem contar com as suas disposições, Deus tomou uma decisão acerca dEla. Foi a Trindade que lhe traçou o porvir e que a dotou abundantemente para essa missão. O anjo é, simplesmente, um enviado, o meio de que Deus se serve para fazer chegar a sua decisão. Ninguém é uma exceção neste ponto, e compreende-se que assim seja, por pouco que se reflita em termos sobrenaturais.

Deus é infinitamente sábio: vê tudo antecipadamente, sabe tudo, não há nada que escape à sua previsão. Tudo o que acontece é sabido, antes de acontecer, por Deus, que

o quer ou permite. Ele quer tudo o que é bom e ordenado; não quer o mal, o pecado, a desordem, embora tenha feito o homem inteligente e livre – à sua imagem e semelhança – e prefira vê-lo usar mal da sua liberdade a arrebatá-la. Mas Deus é infinitamente inteligente, o que significa que em tudo prossegue uma finalidade. Se um acontecimento, por pequeno que seja, é por Ele querido – se for bom – ou permitido – se não o for –, é por alguma coisa e para alguma coisa. E como Ele é infinitamente bom, esse fim que tem em vista é um fim bom: a sua glória, com a qual está relacionado todo o universo e cada um de nós.

A previsão de Deus, a sua intervenção na natureza e na vida, nas coisas e nos homens, nos acontecimentos e nas ações, é absoluta, total... *Até os cabelos da vossa cabeça estão todos contados* (Mt 10, 30); é evidente que, se Deus se preocupa com uma coisa tão insignificante como é o número dos cabelos, por maioria de razão há de ter em conta coisas de maior transcendência.

Há, por isso, duas palavras desprovidas de qualquer sentido profundo: sorte e acaso. São admissíveis como locuções que porventura exprimem relações momentaneamente desconhecidas, mas é impossível dar-lhes um valor real, porquanto sabemos que, em última análise, é Deus quem vai dispendo os acontecimentos, mesmo os mais pequenos, anódinos e aparentemente insignificantes.

Ninguém nasceu por acaso; e ninguém foi consultado antes de vir ao mundo. O ser e a existência de cada pessoa são algo de valor extraordinário, algo muito importante, tão importante que se prende com o sangue de Cristo, pois toda a alma, quando a pessoa nasce, foi já redimida. Todo o nascimento é sempre o resultado de um processo muito longo, minuciosa e pacientemente desenvolvido. Uma coleção impressionante de circunstâncias foi convergindo, ao

longo dos séculos, para o minuto preciso em que um novo ser singular, único, faria a sua entrada no mundo.

Mas se o acaso não intervém no nascimento seja de quem for, muito menos lugar ocupa no seu ser peculiar. Há também uma razão para que cada um de nós tenha um temperamento próprio, umas qualidades, um certo grau de inteligência, de sensibilidade, mesmo determinadas feições. Por baixo de todas as circunstâncias que explicam imediatamente os diferentes caracteres num certo momento da vida – educação, ambiente, amizades, influências, leituras..., – subsiste na sua mais profunda raiz essa ordenação que dá unidade ao cosmos, interligando a variedade imensa de criaturas diferentes. Deus não mantém, conservando e recriando, nada de inútil sobre a terra. Tudo tem a sua razão de ser e de existir, e cada criatura foi convenientemente dotada segundo a finalidade que deve atingir no universo.

É isto o que se observa com toda a clareza na mais perfeita das criaturas. A razão de ser e de existir da Virgem Maria esteve na sua maternidade. As qualidades de que Deus a dotou explicam-se e justificam-se em função de Cristo: é que ia ser sua Mãe. E pela mesma razão Deus suspendeu por um momento esse jugo que pesa sobre todos os nascidos desde o pecado de Adão, para que nem sequer o pecado original a maculasse com o seu ferrete humilhante.

Não é, certamente, difícil admitir e compreender o plano de Deus sobre determinadas criaturas. Não nos estranha, antes nos parece totalmente lógico e razoável, que Deus dotasse tão abundantemente um São Paulo. Como havia de ser de outro modo, se o tinha criado para Apóstolo das Gentes, para uma das colunas da Igreja? O que seria inconcebível é pensar que, absorvido pela tarefa de traçar o caminho de um grande santo – moldando-lhe a alma, atribuindo-lhe uma

missão, preparando ao longo do seu caminho graças superabundantes para levá-la a cabo —, o Criador se desinteressasse das outras almas que viriam ao mundo sem uma finalidade precisa, sem um posto concreto na criação, sem um papel definido. Nesse caso, sim, poder-se-ia falar de existências entregues ao acaso, sem rumo e sem norma: Deus não teria previsto nada sobre elas. Tal hipótese seria absurda.

Deus não consulta ninguém para lhe dar o ser. Foi Ele que pensou em nós antes de nascermos, que nos dotou de certas aptidões, que nos deu determinado grau de inteligência; foi Ele que escolheu os nossos pais, o lugar e o minuto em que havíamos de nascer, que nos traçou um caminho e nos atribuiu uns afazeres no universo; foi Ele que previu e dispôs cuidadosamente uma infinidade de pequenas circunstâncias ao longo dos anos da nossa vida para nos ir conduzindo, com a ajuda de nós mesmos, à meta estabelecida.

É a visão cristã da vida e da História que nos conduz, em última análise, a uma explicação e compreensão de ambas. No vocabulário de quem crê em Jesus Cristo e nas suas palavras, o termo «destino» não tem nunca esse valor de força superior que assume aos olhos dos que têm necessidade de acreditar nele porque, não crendo em Deus e na sua ação pessoal, devem, no entanto, explicar de alguma maneira as grandes e profundas incógnitas da vida humana. Aquilo a que um positivista ou indiferente chama «destino», esse conjunto de acontecimentos que afetam uma pessoa independentemente da sua intervenção, de um modo preciso e quase diríamos fatal, não é nunca para o cristão uma força cega, desconhecida e terrível, mas a ação de Deus no mundo.

Onde esta equivalência entre o destino e o desígnio de Deus se patenteia é na experiência vital, quando a inteligência chega sem paixão nem sofismas, sem preconceitos,

à análise profunda da mais íntima raiz do acontecer. Ilustra este ponto a minuciosa indagação que uma das mais claras inteligências filosóficas da Espanha de hoje fez da sua própria experiência, a tal ponto intensa que marcou o começo de uma transformação radical da sua vida. Trata-se das reflexões que, no mais estrito plano especulativo, fez de si para si o antigo Professor de Ética e Decano da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid, Manuel García Morente, acerca do encadeamento casual de certos fatos da sua vida. Segundo ele mesmo narra num extenso documento, de grande valor humano, uma série de circunstâncias vinham pesando decisivamente na sua vida desde os começos da guerra da Espanha de 1936:

«Desde que a guerra começara – escreve –, eu não tinha intervindo nem pouco nem muito, na minha própria vida, na contextura real dos fatos da minha própria existência. A minha vida, os fatos da minha vida, tinham-se operado sem mim, sem a minha intervenção. Podia-se dizer, em certo sentido, que os tinha presenciado, mas de modo algum que os tinha causado. Quem ou qual era a causa dessa vida que era minha sem ser minha? Pois o que é curioso e estranho é que todos esses fatos eram fatos da minha vida, isto é, meus, mas por outro lado não tinham sido causados, provocados, ou sequer suspeitados por mim; isto é, não eram meus. Havia aqui uma contradição evidente. Por um lado, a minha vida pertencia-me, pois constituía o conteúdo real histórico do meu ser no tempo. Mas, por outro, não me pertencia, não era minha, falando em sentido estrito, já que o seu conteúdo era, em cada caso, produzido e causado por alguma coisa alheia à minha vontade.

«Para esta antinomia, eu não via senão uma explicação: alguma coisa ou alguém diferente de mim faz a minha vida e *entrega-a*, atribui-a, torna-a adstrita ao meu ser individual. Que alguma coisa ou alguém diferente de mim faça a minha vida explica suficientemente que a minha vida, em certo sentido, não seja minha. O fato de essa vida feita por outro ser-me dada de presente ou atribuída a mim explica em certo sentido que eu a considere minha. Só assim podia desfazer a contradição ou oposição nessa vida que não era minha, porque outro a fizera, e que no entanto era minha, porque só eu a vivia. [...] Esta minha vida, que eu não faço, mas recebo, compõe-se de fatos *plenos de sentido*»¹.

A resposta do homem perante cada um desses fatos «plenos de sentido» de que fala García Morente é certamente necessária, mas o desígnio de Deus vem em primeiro lugar, o plano divino sobre cada um de nós precede-nos. E esta fase anterior, no caso da Anunciação (a escolha e criação de Nossa Senhora para que fosse a Mãe de Cristo), reveste-se, se a considerarmos atentamente, de grandes consequências: a vocação não é algo que se escolhe, a vocação é-nos dada; o homem simplesmente a recebe. A vocação é o desígnio de Deus sobre cada criatura, a misteriosa escolha que Deus faz de nós para ocuparmos um lugar preciso na criação, sempre em função do plano divino. Não importa que esse papel seja grande ou pequeno, glorioso ou humilde, obscuro ou brilhante; o que realmente importa é que *seja*. Porque essa predestinação e escolha divina é a *chave* de toda a existência. «A vocação

(1) Veja-se o texto completo em Manuel García Morente, *O fato extraordinário*, Quadrante, São Paulo, 1989, págs. 27-30.

divina confere-nos uma missão, convida-nos a participar na tarefa única da Igreja, para sermos assim testemunhas de Cristo perante os nossos iguais, os homens, e levarmos todas as coisas para Deus. A vocação acende uma luz que nos faz reconhecer o sentido da nossa existência. É convencer-mos, sob o resplendor da fé, do porquê da nossa realidade terrena. A nossa vida – a presente, a passada e a que há de vir – ganha um novo relevo, uma profundidade de que antes não suspeitávamos. Todos os fatos e acontecimentos passam a ocupar o seu verdadeiro lugar: entendemos para onde o Senhor nos quer conduzir e nos sentimos como que avassalados por essa tarefa que Ele nos confia»².

Uma interpretação demasiado simplista – porventura também demasiado comodista – da *escolha* converteu o problema da vocação num problema puramente pessoal, quase subjetivo.

O homem – costuma-se pensar – que se encontra diante de dois caminhos, o casamento ou a entrega absoluta a Deus, se for generoso, opta por esta; se não o for, decide casar-se. Eis por que se reduz a vocação à generosidade, o que a faz depender de cada um e a falseia radicalmente, pois *nem todos são capazes disso, a não ser aqueles a quem foi concedido* (Mt 19, 11). Se a vocação fosse redutível à generosidade, não seria nunca peremptória, careceria de força; e, então, a coisa mais importante da existência (a razão da singularidade e da personalidade), a fonte e origem do ser concreto de cada um, passaria a ser algo puramente accidental. Seria preciso, além disso, negar ao matrimônio – que é um estado e um sacramento – o valor de um caminho posi-

(2) Josemaria Escrivá, *É Cristo que passa*, Quadrante, São Paulo, 2018, n. 45.

tivo querido por Deus, pois ficaria reduzido a uma espécie de saída para os não generosos, convertendo-se em algo de semelhante a um certificado público de mediocridade.

Todos nascemos com uma vocação, se bem que nem todos com a mesma. Existe, evidentemente, uma vocação natural e genérica para o matrimônio em toda a pessoa fisicamente normal: é por isso que Deus cria homens e mulheres, é por isso que existe a atração dos sexos. Mas há pessoas a quem Deus atribui um campo de ação que exige a renúncia a essa vocação natural em favor de outra mais alta: Deus precisa de homens livres de preocupações. Mais do que impor-lhes então um fardo (a entrega total de tudo), o que Ele faz é libertá-los de liames, por muito nobres e legítimos que possam ser.

Neste ponto, a convicção é de importância capital. Só a consciência clara de um objetivo transcendente pode dar unidade e direção à vida no inexorável decurso do tempo, através das mil vicissitudes da existência concreta: porque só chegaremos a compreender que essas vicissitudes têm um sentido pleno se conhecermos previamente o objeto em função do qual elas se produzem. Esse ato de Deus sobre nós, superior e anterior à História, é a raiz última que tudo explica.

A mensagem

Deus é o Senhor, o Onipotente. Todas as criaturas são dEle. Mas não é um ser caprichoso, e a ordem, a medida, a proporção mantêm-se em toda a sua obra. A Virgem Maria esteve na mente divina desde a eternidade, e desde a eternidade também, *ab aeterno*, Deus tinha fixado o minuto exato em que o Verbo haveria de se encarnar nas

entranhas puríssimas de uma mulher. Ambas as decisões estavam intimamente relacionadas: a Anunciação e, estreitamente ligada a ela e na dependência dela, a Encarnação. E a Encarnação do Filho de Deus é o fato mais importante da Criação e da História.

Também aqui Deus manteve o sentido da proporção. Enviou um mensageiro excepcional, o Arcanjo Gabriel, que *servia diante do trono de Deus* (Lc 1, 19); mas também Nossa Senhora era uma criatura excepcional – o único ser isento do pecado original – e, sobretudo, era excepcional a mensagem.

A saudação é já em si uma antecipação do que vai seguir-se. É importante não perder de vista que Gabriel não passa de um emissário; por si mesmo não tem nada que comunicar, e a sua simples presença na casa de Nazaré é já, ela mesma, um resultado. Gabriel não é senão um instrumento, excelente, decerto, mas ao mesmo tempo insignificante, no sentido de que por ele próprio nada significa. Todo o seu valor naquele momento reside em ser um mensageiro de Deus. A sua saudação, portanto, já faz parte da mensagem, é o começo do que tem para dizer e visa a preparar de alguma maneira – a mais conveniente e apropriada – o espírito de Maria para a grande revelação imediata. Mais ainda: a saudação constitui já uma revelação. Gabriel faz saber a Nossa Senhora que está cheia de graça, que o Senhor está com Ela, que é bendita entre todas as mulheres. Com isso, começa a descerrar o véu e a dar-lhe a conhecer o plano divino.

Depois do *ne timeas* – «não temas» – tranquilizador, vem a parte fundamental da mensagem: a vontade divina acerca de Maria. O que o anjo diz é, indubitavelmente, assombroso, mas claro e diáfano. É notável a primeira afirmação: *Achaste graça diante de Deus*. Toda a vocação, toda a existência, é por si mesma uma grande graça que encerra em si

muitas outras. Uma graça, isto é, um dom, que nos é dado e oferecido sem direito algum da nossa parte, sem mérito próprio que o explique e – menos ainda – justifique. Não é preciso que a vocação, a chamada para o cumprimento do desígnio divino, seja grande ou brilhante: basta que Deus tenha querido servir-se de nós, basta o fato de ter confiado na nossa colaboração. E só isto é já em si mesmo tão inaudito, tão grandioso, que toda uma vida dedicada a agradecer não bastaria para corresponder a essa dádiva. Todos achamos graça diante de Deus, pois todos recebemos de Deus o ser e a existência, e com eles uma tarefa, um papel a desempenhar no plano divino; e todos também fomos *comprados por um grande preço* (1 Cor 6, 20): o Sangue de Cristo. Cada minuto de vida é uma graça, como o é cada uma das criaturas com que os nossos olhos tropeçam.

Gabriel comunica a Nossa Senhora os desígnios divinos com grande clareza, numa linguagem perfeitamente inteligível para Ela. Os termos que utiliza são inequívocos: os mesmos de que os profetas se tinham servido para se referir ao Messias. As expressões são familiares a Maria. No segundo livro de Samuel, lia-se, numa alusão ao Messias: *A tua casa permanecerá para sempre ante o meu rosto, e o teu trono será estável por toda a eternidade* (2 Sam 7, 16). Isaías, depois do maravilhoso *Nasceu-nos um menino, foi-nos dado um filho*, acrescenta: *para dilatar o império e alcançar uma paz ilimitada sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, para o estabilizar e consolidar no direito e na justiça, desde agora para todo o sempre* (Is 9, 6). Para quem amava a Escritura, estes e outros textos messiânicos eram bem conhecidos.

Toda a primeira parte da mensagem contém, na realidade, o mais importante, o substancial. Mas eis que Nossa Senhora faz uma pergunta; Gabriel prossegue, e o que diz agora é uma resposta ou, melhor, uma ilustração. É muito

possível que a segunda parte da comunicação formasse um só bloco com a primeira: não é provável que Deus deixasse à livre iniciativa do anjo – apesar da sua superior inteligência angélica – a menor parcela desta revelação grandiosa. Se o esclarecimento prestado por Gabriel se ajusta exatamente aos moldes de uma resposta, parece dever-se antes à fina intuição da Virgem Maria, à sua extraordinária sensibilidade para o sobrenatural, pois interrompe o discurso do anjo com uma pergunta tão sumamente adequada que, mais do que interromper, facilita a sequência. Maria está tão prodigiosamente cheia de graça que pergunta exatamente o que Deus resolveu revelar-lhe.

A mensagem apresenta-se completa, apesar da sua brevidade: expõe o objetivo e os meios para a sua realização, o que é que Deus decidiu e espera dEla e de que modo tem de fazê-lo. Não é, de modo algum, uma anunciação minuciosa; tratava-se de comunicar um fato de excepcional importância, mas não de predizer o futuro. Não se perde em pormenores desnecessários, mas, na sua concisão, diz tudo, esclarece tudo, não deixa nenhum cabo por atar, porque chega a anunciar, a respeito do nascituro, as circunstâncias que Maria devia conhecer para não colaborar às cegas: o nome do Filho, a sua grandeza, a realeza e a perenidade do seu reinado..., pois daí em diante Ele estaria a seu cargo, e Maria não podia colaborar às cegas, como instrumento inteligente que era.

A última parte, que revela a Nossa Senhora o milagre operado por Deus na sua prima Isabel, não é precisamente um sinal, uma prova para que creia na mensagem. A cheia de graça não precisava, como Zacarias, de uma confirmação para acreditar. Trata-se de uma nova revelação, não propriamente do fato – porque esse, era fácil conhecê-lo em qualquer momento –, mas do vínculo profundo e secreto

que o ligava à sua própria sorte. Bastou que o anjo o mencionasse para que a inteligência de Maria captasse a relação entre os dois acontecimentos: o que lhe dizia respeito ficava desse modo enriquecido, já que a previsão divina ia atuando sobre outras pessoas a fim de preparar o campo e ir completando as circunstâncias em que a predição do anjo se deveria realizar.

A frase final – *porque, para Deus, nada é impossível* – aparece no texto ligada à alusão que o anjo faz à milagrosa fecundidade da estéril Isabel. Tanto pode ser um esclarecimento acerca da benevolência que Deus usou para com ela, como uma autêntica declaração do poder de Deus em relação ao maravilhoso caminho que o Pai escolheu para nos dar o Filho. Realmente, o que Gabriel acabava de anunciar a Nossa Senhora era tão grande, tão inaudito, tão fora de todas as leis da natureza e até de toda a inteligência humana, que, mais do que um apelo à fé de Maria, parece antes um louvor, como que um reconhecimento extático, por parte do Arcanjo, do poder divino.

Com isso, fica tudo completo. Nada resta por dizer, e a Virgem Maria é testemunha de como Deus procurou que a sua vontade acerca dEla se manifestasse sem rodeios.

Deus quer sempre alguma coisa das suas criaturas. E essa vontade divina é para elas algo de objetivo, que existe em todos os homens. O caso de Nossa Senhora foi singular; não é corrente que Deus envie desses emissários aos homens, porque também não são correntes vocações, destinos, tão decisivos e altos como o da Virgem Maria. Mas o que é certo é que Deus, num ou noutro momento da nossa existência, nos faz chegar a sua voz, não de uma maneira física, de modo a ser percebida pelos sentidos corporais, mas de mil outras maneiras.

Se todas as criaturas são de Deus, Ele pode servir-se delas para nos falar. Existe uma decisão de Deus a nosso respeito, à qual devemos a nossa existência e o nosso ser peculiar. Deus tem de comunicar-nos de algum modo a nossa missão na vida, o que quer e espera de nós, o caminho que traçou a cada um para chegar a Ele. Logicamente, tem de haver na nossa vida uma *revelação*, um momento em que se torne presente a cada homem a vontade de Deus sobre ele. Ninguém pode, porém, esperar que lhe apareça um anjo, como também não pode exigir um meio extraordinário que dê, por si mesmo, uma evidência acerca da objetividade da mensagem. A vontade de Deus mostra-se-nos através das criaturas: pode ser um acontecimento que impressione, pode ser a conversa com um amigo, uma frase, o exemplo de determinada pessoa. Em geral, não é uma revelação súbita, mas uma pequena luz que pouco a pouco vai crescendo e impondo-se a mil e um pontos obscuros que nos pareciam luzes.

Não é necessária – nem costuma dar-se – nenhuma comunicação especial quanto ao caminho mais comum, que é o da vocação matrimonial. Em princípio, essa vocação existe sempre, como vimos. É, podemos dizer, o apelo geral da natureza, a vocação natural em que permanece a maior parte dos homens – se bem que, para adaptá-la ao plano de Deus e dar-lhe valor, seja necessário elevá-la ao plano sobrenatural –, e que, precisamente por constituir uma inclinação natural, dispensa uma chamada ulterior. Já quando se trata de vocações específicas, que exigem uma renúncia e em cuja base se encontra o sacrifício de nobres e legítimos anseios, Deus costuma providenciar de modo que os seus desígnios sejam descobertos num momento ou noutro da vida – no momento oportuno – com a suficiente clareza.

Os meios de que Deus costuma valer-se são variadíssimos, e seria temerário – e, além disso, provavelmente inútil – tentar, não já indicá-los, mas sequer enumerá-los. De qualquer modo, talvez não seja escusado observar que toda a vocação implica uma chamada de Deus para que orientemos a vida em determinado sentido, uma chamada para que sirvamos de um modo concreto. Mas essa chamada, essa mensagem pela qual Deus nos dá a conhecer o seu desígnio sobre nós, o nosso caminho e o lugar que devemos ocupar na criação, tem de ser objetiva; é algo que não nos pertence nem depende de nós, algo independente da vontade pessoal, algo totalmente alheio a sentimentos subjetivos ou a gostos, a caprichos ou a meras inclinações naturais.

É esta nota de objetividade, de independência em relação ao sujeito, que vamos encontrar com toda a clareza e precisão no Evangelho. O Senhor passa junto à mesa dos impostos e diz a Mateus: *Segue-me* (Mt 9, 9). É Ele que escolhe os doze primeiros, chamando-os inconfundivelmente pelos seus nomes. E logo no começo da vida pública, antes da escolha definitiva, conta-nos São João nos primeiros capítulos do seu Evangelho que os discípulos atuaram como autênticos mensageiros, trazendo os seus amigos à presença do Senhor.

A proporção e adequação da mensagem à pessoa – bem como do meio utilizado por Deus – continua a manter-se em cada caso. Não existe, neste ponto, uniformidade, como também não existe na criação. Deus não se repete, e cada criatura é única. Deus dirigiu-se a Maria mediante um Arcanjo, em atenção à dignidade da pessoa e à grandeza do mistério que ia comunicar; mas dirigiu-se a nós na mesma proporção; o processo é que varia, porque Ele tem em conta muito mais circunstâncias do que as que nós tomamos em consideração em qualquer assunto importante.

O temperamento individual, as circunstâncias pessoais, mil pequenos fatores fazem com que esse momento decisivo na vida de cada homem, sendo fundamentalmente o mesmo, assuma formas muito diferentes. Um temperamento apático requer um caminho diferente do de uma natureza voluntariosa. Uns podem abrir os olhos para uma realidade transcendente por ocasião de uma grande desgraça. Outros, porém, necessitam precisamente do contrário, isto é, de um clima sereno que não influa nos sentidos nem provoque estados de ânimo, porque requerem uma mensagem mais cerebral, mais fria e objetiva. De maneira geral, é preferível esta segunda condição: a vocação nunca deve ser confundida com o gosto ou a emoção, e, quanto mais claramente desprovida de elementos alheios à sua própria essência, tanto maior será a garantia de autenticidade que oferece.

Mas a mensagem, além de existir em cada homem, além de ser adequada e objetiva, extrínseca ao próprio homem, é também inteligível. É o que vemos claramente na Anunciação, onde não encontramos qualquer elemento extraordinário, à parte a figura do intermediário. A Senhora toma conhecimento do desígnio de Deus sobre Ela no seu próprio ambiente, em circunstâncias normais, na sua vida ordinária, num dia qualquer. Deus, que é o Senhor, não precisa – nem costuma gostar – do aparato; é como se essa simplicidade única do seu ser imprimisse caráter às suas obras. Ele não necessita de aproveitar o momento psicológico, antes pelo contrário; é precisamente em plena normalidade, na vida ordinária (que não se deve confundir com o habitual modo superficial de viver de muitos) que melhor comunica a mensagem – quando todas as faculdades do homem estão em estado de lucidez e rendimento normais –, pois só então é possível captar os

elementos alheios a esse estado, aquilo que é dado de fora e que, portanto, altera de alguma maneira essa normalidade. O ambiente de sempre, a vida diária, as circunstâncias habituais constituem a moldura dentro da qual normalmente Deus dá testemunho da sua vontade a respeito da orientação que quer que imprimamos às nossas vidas. «A vossa vocação humana é parte, e parte importante, da vossa vocação divina»³.

A mensagem é sempre perfeitamente inteligível. A adequação torna-se aqui mais patente do que em qualquer outro aspecto da questão. A Virgem Maria recebeu a comunicação do mistério de uma forma inequívoca; o Arcanjo serviu-se de expressões tomadas da Escritura, cuja relação com o Messias era bem conhecida por Maria, versada e conhecedora da Revelação. Não houve confusão nenhuma. Também no nosso caso a mensagem é inteligível, queiramos ou não reconhecê-la. Veremos mais adiante qual deve ser a capacidade da pessoa para captar a voz de Deus, mas a comunicação é sempre suficientemente clara para ser absolutamente compreendida. Não seria digno de Deus que quisesse alguma coisa de certa pessoa e a forçasse a não a cumprir por manifestar a sua vontade de tal maneira que fosse praticamente impossível reconhecê-la, entendê-la.

Só não distinguem a voz do Senhor os que não se abrem à comunicação, os que estão tão cheios de si mesmos que se tornam incapazes de encher-se de alguma coisa, ou os que se encontram tão invadidos pelo ruído que não podem perceber outras vozes mais tênues e mais profundas. Mas este aspecto em nada afeta a existência da mensagem.

(3) Josemaria Escrivá, *É Cristo que passa*, n. 46.

A recepção da mensagem

O segundo momento da Anunciação é a recepção da mensagem. As primeiras palavras do Arcanjo – a saudação – provocam em Nossa Senhora uma sensação de surpresa que a deixa confundida. Qualquer acontecimento não previsto e que nos afeta de modo direto provoca sempre um certo encolhimento, uma suspensão do juízo, até que a inteligência se recupera e recomeça a pensar. A Virgem perturbou-se e pôs-se a considerar que significaria uma tal saudação (Lc 1, 29).

Essa atitude da Virgem Maria marca o momento inicial do seu contato com a mensagem. Quer pela lucidez das suas faculdades intelectuais – não diminuídas pelo pecado original –, quer por uma especial graça atual, quer simplesmente pela presença física do Arcanjo –, Maria deve ter tido de algum modo consciência clara da proximidade de um evento extraordinário. A saudação, pronunciada por outra pessoa qualquer, noutras circunstâncias, em tom ligeiro, ainda que fosse a mesma, provavelmente não teria provocado qualquer perturbação, nem teria merecido especial atenção. Como não teria tido qualquer efeito se fosse dirigida a uma pessoa diferente.

Foi o conjunto das circunstâncias: que o instrumento de que Deus se serviu fosse um anjo, que a pessoa a que se dirigia fosse a Virgem Maria, que a mensagem tivesse sido exposta com toda a simplicidade, que não houvesse testemunhas nem qualquer aparato. A uma mulher que não fosse precisamente a «cheia de graça», a «bendita entre as mulheres», aquela saudação teria porventura envaidecido, mas não perturbado. Alguma coisa se deve ter passado no interior da Senhora que a fez perceber, num relance, que aquela saudação era justamente para Ela, e que algo de inusitado ia acon-

tecer na sua vida. Era um fato único, jamais experimentado, e todo o seu ser estremeceu naqueles rápidos segundos – tão lentos! – de breve expectativa ante o pressentimento de alguma coisa que ainda procurava averiguar, mas que já surgia como uma aurora despontando sobre Ela.

A captação inicial, ainda não da mensagem definitiva, mas dessa saudação de Deus, sempre preliminar à revelação decisiva, costuma normalmente fazer-se acompanhar de um temor obscuro e vago. Existe na natureza humana uma espécie de resistência a toda a ideia de totalidade, a toda a partida sem regresso. A *prudência da carne* de que nos fala São Paulo, em contraposição à *prudência do espírito* (Rm 8, 6), está profundamente arraigada no nosso ser e torna-se presente, até com astúcia e força, nos momentos culminantes da existência, quando se equacionam problemas que exigem atitudes irrevogáveis. Normalmente, essa prudência da carne é um dos mais fortes aliados com que conta o espírito das trevas, empenhado, no seu ódio a Deus, em fazer dos homens uns rebeldes aos desígnios divinos.

Esse temor natural ante o definitivo, ante o contato pessoal com o transcendente que se impõe ou chama com uma clareza persistente, pode ser observado mesmo nas personalidades mais vigorosas, e tende sempre a manifestar-se no preciso momento em que se capta a mensagem, ou pelo menos na sua fase preliminar. Neste sentido, impressionamos a reação de Jonas ante a chamada divina: foge materialmente de Deus, quer ir para longe, onde não o ouça, onde o possa esquecer e fingir que não o compreende (cf. Jon 1, 1-12). Isaias estremece quando, no momento inicial da sua vocação, entra em contato com Deus (cf. Is 6, 5); Jeremias, ante o apelo direto de Deus, escusa-se (cf. Jr 1, 6); São Paulo fica cego, e é o próprio Jesus que o submete pela força (cf. At 9, 3-4).

Mas o *não temas* de Gabriel a Maria deve ser entendido como provocado pela perturbação, de modo algum pelo medo ou pelo temor, pois nenhuma dessas reações ante o divino se podia dar nAquele que estava cheia de graça. Um sentimento natural de íntimo desassossego perante um acontecimento que excedia o âmbito das coisas puramente humanas deve ter-se unido, na Virgem Maria, a outro de natureza diferente, mas imensamente mais forte, porquanto menos instintivo.

Concebida sem mancha original, a Virgem tinha uma inteligência excepcionalmente clara e, por tê-la, a sua noção de criatura, de ser criado do nada, era muito precisa. Certamente que a saudação angélica, tão cheia de elogios na sua brevidade, lhe deve ter provocado uma impressão de estranheza que a confundiu; algo parecido à sensação que afeta uma pessoa com consciência clara da desproporção entre o pouco que realmente é e vale, e os elogios que dela fazem ou pensam.

No caso de Maria, o conhecimento profundo da sua condição de criatura, de *serva do Senhor*, a intuição desse abismo infinito que a separava de Deus, foi a razão pela qual a saudação do anjo – a revelação de que Deus tinha transposto esse abismo indo até Ela ou, melhor, atraindo-a a Si – a intranquilizou: o Senhor estava com Ela. Maria sempre tinha pensado na sua baixaza – esta é a palavra mencionada no *Magnificat* – e Gabriel saudava-a como a cheia de graça; aquela que se julgava a última e a mais insignificante das criaturas ouvia um Arcanjo chamar-lhe bendita entre as mulheres... e Ela era apenas uma jovem de quinze anos!

Não foi temor ante o que se avizinhava ou o que Deus pudesse pedir-lhe. Foi antes – e o termo, usa-o São Bernardo – rubor: uma menina de quinze anos, inocente e pura, simples e delicada, humilde até se ignorar a si mesma, que

repentinamente se vê de tal modo enaltecida; que conhecia a imensa grandeza do seu Criador e o seu profundo nada, e, de repente, escuta louvores tão desproporcionados... Não podemos estranhar. Maria não era divina, mas uma criatura, uma mulher, humana toda ela; e, para todo o ser humano, o contato com o sobrenatural é sempre impressionante, sobretudo se, como sucedeu à Santíssima Virgem, não existe véu que de algum modo amortença o choque. E tem tal beleza, revela tanta delicadeza e tão extraordinária sensibilidade o detalhe, ao mesmo tempo tão humano, desse rubor e dessa perturbação!

Não teve muito tempo para pensar no que poderia significar a saudação de Gabriel. Assim que reparou na confusão da Senhora, o Arcanjo tranquilizou-a e começou a desvendar-lhe o mistério, que a Virgem, aliás, captou imediatamente. Com efeito, só nela se davam por completo as condições necessárias para isso.

Em primeiro lugar, aquilo a que poderíamos chamar *visão sobrenatural*. Com efeito, tratava-se de captar, não o simples sentido gramatical das palavras, mas o que elas queriam significar realmente. Não bastava conhecer as Escrituras; era necessário saber, além disso, que nelas Deus tinha revelado uma série de verdades não acessíveis ao homem pelo simples raciocínio natural. Era necessário conhecer a promessa de redenção por um Salvador sobre o qual tinham escrito os Profetas, conhecer o alcance das expressões utilizadas por eles, perceber o que se escondia por detrás delas. As profecias, a Escritura, são como que a ponte entre a realidade última e nós; importa conhecer a existência dessa realidade para não nos limitarmos a ficar simplesmente a meio do caminho.

Talvez esclareça um pouco o sentido de quanto aqui se quer dizer um breve mas significativo comentário do Evan-

gelho. Quando o Senhor, pela segunda vez, anuncia aos seus discípulos a paixão futura que o aguarda, dizendo claramente: *O Filho do homem será entregue nas mãos dos homens, e lhe darão a morte, e depois de morto ressuscitará ao terceiro dia*, São Marcos acrescenta que *os discípulos não entenderam essas palavras* (Mc 9, 31). É muito provável que outra pessoa diferente de Maria não pudesse captar com tanta simplicidade em todas as suas dimensões o que a mensagem lhe dizia. A sua delicada sensibilidade interior, o seu profundo sentido sobrenatural, esse mover-se habitualmente – não nos esqueçamos da sua Conceição Imaculada – em íntimo contato com as realidades divinas, esse «adivinhar» em tudo o que lhe sucedia a vontade de Deus, a fina intuição com que captava os mais leves impulsos da graça, fizeram-na encontrar nas palavras do anjo, à medida que eram pronunciadas, uma compreensão total e imediata.

Por outro lado, só um coração tão puro e desprendido como o de Nossa Senhora tinha capacidade para se deixar penetrar plenamente pela mensagem. É difícil exprimir com a brevidade de uma epígrafe o que esta disposição de ânimo é em si mesma. A palavra «sinceridade» não é suficientemente forte, dado o conteúdo que a linguagem vulgar lhe atribui; a expressão «pureza de coração» também não a apreende; talvez *desprendimento...*

A uma pessoa que tenha imaginação, que seja capaz de sonhar, e que sonhe; que tenha elaborado projetos para o futuro, que tenha traçado os seus planos ou acaricie esperanças, que tenha planejado um porvir; a uma pessoa que se deixe levar por gostos, afetos ou impulsos agradáveis ou nobres, mas simplesmente humanos, que se deixe penetrar pelas criaturas até o âmago da alma, ser-lhe-á certamente difícil que mantenha a inteligência tão virgem que possa reconhecer de per si essa revelação de Deus acerca

do seu futuro. Por isso, torna-se sem dúvida condição indispensável manter o coração livre de tudo o que não seja Deus, quer dizer, viver aquele sóbrio e profundo princípio de São Francisco de Sales: «Não desejar nada, não recusar nada».

Também em relação a este ponto encontramos no Evangelho uma passagem reveladora e de grandes consequências: *Quem quiser fazer a vontade dEle, esse saberá se as minhas palavras são de Deus ou se falo por mim mesmo* (Jo 7, 17). Só aquele que *quiser* fazer a vontade de Deus é que *saberá* se a mensagem que recebe é de Deus ou não. O conhecimento neste terreno é, pois, um resultado das disposições interiores. Nossa Senhora movera-se sempre num plano eminentemente sobrenatural. Só Ela poderia com tanta facilidade *conhecer* rápida e plenamente o desígnio de Deus contido na mensagem, porque só Ela tinha estado desde a sua concepção à total disposição de Deus, sem outro querer que não o que Deus queria.

A Virgem Maria soube o que Deus queria dEla e como tinha de se cumprir. A pergunta que fez e a resposta pronta e concludente de Gabriel demonstram-nos que o Senhor tinha previsto tudo, que contava já com a sua decisão de entrega total e perpétua. E Ela viu claramente de que modo ia cumprir-se a profecia de Isaías: *E eis que uma virgem conceberá e dará à luz um filho, e chamar-lhe-á Emmanuel* (Is 7, 14). A sua virgindade manter-se-ia intacta, e Ela seria mãe. Não precisava de qualquer sinal; a sua mente viu tudo com clareza.

Mas o anjo continua a sua missão, pois ainda havia alguma coisa a referir: a misteriosa relação entre a conceição de João Batista e tudo quanto a Virgem estava ouvindo; isto é, que Isabel não era estranha ao mistério, uma vez que a sua fecundidade, tão a destempo no plano humano,

fora revelada a Maria em conexão com a revelação do seu próprio futuro.

A mensagem foi uma simples exposição, mas uma exposição que continha implicitamente uma chamada. Era ao mesmo tempo uma revelação dos planos de Deus e um convite à Virgem para que ocupasse o seu posto na ordem do universo, como pedra de alicerce em edifício grandioso ou como o fecho de uma abóbada. Os termos utilizados – «achaste graça», «conceberás», «darás à luz», «chamar-lhe-ás...» – têm muito de ordem expressa, que não admite outra resposta a não ser a obediência; mas uma ordem dada com tal delicadeza que não o parece, tão respeitosa e anelante que quase parece um pedido. Por um lado, essas expressões são uma ordem do Senhor à sua *serva*, do Criador à criatura, do Todo-Poderoso àquela que nada é por si mesma e que depende absolutamente d'Ele; por outro, constituem uma insinuação do Pai, cheia de ternura e de amor, à filha mais obediente e entregue que se pode imaginar; de um Deus que tudo sabe à adolescente cuja única paixão é adivinhar-lhe os menores desejos para os executar, cuja única aspiração é fazer aquilo que seja vontade do seu Pai.

Não houve necessidade de perguntas explícitas. O Senhor deparava com a maravilhosa sensibilidade d'Aquela que, por ter nascido sem mancha, contava a delicadeza entre as suas mais íntimas e assimiladas qualidades naturais, qualquer coisa que n'Ela crescia e se manifestava espontaneamente, imprimindo um cunho peculiar a tudo quanto fazia. A delicadeza é finura de namorados, e Nossa Senhora estava enamorada de seu Pai-Deus. Por isso não foi necessário mais nada.

Normalmente, não se costumam apresentar dificuldades em relação à primeira e à última das fases em que de-

compusemos o fato da vocação. Ninguém discute que a chamada deva ser algo objetivo, vir de fora, nem que requeira uma resposta. O ponto mais delicado, aquele que se pode converter – e amiúde assim é – num autêntico e, às vezes, angustioso problema, é a tomada de consciência da mensagem de Deus, isto é, da vocação. O objeto e o sujeito não sofrem dúvida, mas é na conexão entre ambos, na aplicação do primeiro ao segundo ou – o que é a mesma coisa – na captação e aplicação pessoal da chamada exterior, que a vocação se torna um problema.

É certo e indiscutível que há um desígnio de Deus sobre as suas criaturas; também é certo e indiscutível que deve haver na vida de todo homem um momento em que Deus lhe comunique os seus desígnios acerca dele; é-o também que um cristão (no fundo, toda a criatura) deve responder aceitando plenamente a vontade de Deus, logo que a conhece. Mas, como se sabe que determinada coisa é realmente vontade de Deus?

É frequente observar nas pessoas que são ou julgam ser chamadas uma objeção que, explícita ou implicitamente, se resume nesta pergunta, muitas vezes reveladora de um esforço de resistência defensiva própria de quem se sente agarrado por outro mais forte: – Como sei eu que isto é realmente uma chamada de Deus e não uma tentação, ou um estado passageiro, ou uma impressão momentânea e fugaz? Como posso saber ao certo que esta pessoa ou este acontecimento é um instrumento de que Deus se serve para me comunicar os seus desígnios, e que a sua mensagem é expressão da vontade de Deus a meu respeito?

Também aqui, nesta fase tão difícil – em que o elemento objetivo e o subjetivo entram em contato tão estreito que a tarefa de precisar os seus contornos e traçar os seus limites exatos se converte, por vezes, num sofrimento interior; em

que se torna necessário, realmente, que a luminosidade da palavra divina seja *mais penetrante que a espada de dois gumes que separa a alma e o espírito, as juntas e as medulas* (Hb 4, 12) – também aqui Nossa Senhora, com o seu exemplo e a sua atitude, nos oferece uma lição profunda e pode servir-nos de guia.

A vocação para uma renúncia total supõe uma transformação igualmente total da existência. É um caminho de adaptação plena aos planos divinos, de renúncia a aspirações nobres e legítimas, porque Deus tem outros planos a nosso respeito, planos mais elevados e melhores que aqueles que é preciso abandonar, mas que provocam uma resistência natural porque a nossa natureza adere a essas coisas.

Referimo-nos atrás ao temor próprio de certas idades ante a possibilidade de a pessoa ser chamada a servir a Deus mediante uma entrega total, isto é, o temor à vocação, tal como habitualmente se entende. É natural. Já não o é tanto que não se vença esse temor e que, em lugar de enfrentá-lo e convertê-lo em abandono nas mãos de Deus, em confiança e submissão ao que Ele quer, se procure abafá-lo à força de atordoamento, superficialidade ou cálculo nas relações com Deus.

Porque, com efeito, sucede muitas vezes que Deus vai preparando os que escolhe para seu exclusivo serviço de uma maneira lenta e gradual. A saudação do anjo foi a preparação para a revelação da vontade de Deus sobre Maria, e a Virgem experimentou uma certa intranquilidade. O que esta intranquilidade tinha de expectativa, de pressentimento de alguma coisa que se aproximava, experimentam-no também muitas almas para quem Deus traçou desígnios de exigências, de grandes exigências às vezes. Sente-se, de vez em quando, como que um obscuro e vago desassossego,

sem se saber por que, já que aparentemente não há causa concreta que o origine; uma certa intranquilidade que não é consequência de uma consciência turva, porque a alma se examina e não encontra pecado algum presente ou passado que não tenha lavado na confissão, e a alma está em graça, em amizade com Deus. É como se o coração estivesse atado com um fio invisível e, nos momentos mais imprevisíveis, em qualquer lugar ou a qualquer hora, alguém o puxasse. É também uma espécie de sensação de vazio, de insatisfação, que por vezes se experimenta precisamente quando se tem tudo o que é humanamente apetecível.

Estes sentimentos, de per si, não são necessariamente um sintoma de que Deus vá pedir tudo; às vezes, o desassossego interior em pessoas que vivem habitualmente em graça é simplesmente indício de um secreto orgulho que impede a paz; noutros casos, pode tratar-se de algum fato presente ou passado que não seja reto aos olhos de Deus. De qualquer forma – a menos que intervenham causas naturais de doença, fadiga ou estados nervosos –, estamos perante uma situação que deve ser analisada pela consciência e submetida ao conselho da direção espiritual, porque, efetivamente, pode ser essa a preparação para a chamada, o modo como o Senhor nos vai dispor para a mensagem definitiva.

Porque, por detrás de tudo isso, há sempre uma mensagem, uma vontade de Deus a nosso respeito. Uma vez, será para que tiremos de nós alguma coisa que nos estorva por dentro e que produz uma sensação de doença; outras, para que retifiquemos defeitos que nos impedem de andar apurados; muitas vezes, para que preparemos o ânimo para nos colocarmos à disposição de Deus. E muitas outras, ainda, tratar-se-á de vislumbres, de pressentimentos de que Deus nos vai falar, como preparação para que não nos

surpreenda demasiado o fato de que Ele tenha desígnios a comunicar-nos acerca de nós próprios.

Esse obscuro temor e intranquilidade, essa perturbação inexplicável, esses pequenos e aparentemente estranhos desassossegos, essas sensações de vazio, de insatisfação, uma espécie de secreto anelo por alguma coisa que não se sabe o que é, às vezes como que um fastio em relação às coisas, que não acabam de tornar-nos felizes, por muito desejadas que antes fossem, de desencanto íntimo em relação a todas elas, de inquietações à primeira vista absurdas, são frequentemente o processo de que Deus se serve para ir despertando a nossa atenção para a sua voz, ao mesmo tempo que nos liberta das criaturas.

Em casos excepcionais, o choque é mais intenso. «A chamada da Providência divina para uma grande obra significa, na realidade, uma sorte e um benefício altíssimos, porque é uma altíssima prova de confiança por parte de Deus; mas, para o homem que há de realizá-la, significa também uma grave e uma ingente soma de trabalhos. Este é o destino dos santos e dos escolhidos por Deus. A amizade de Deus é, ao mesmo tempo, um fardo de Deus» (Joseph Holzner). O pânico de Jonas, a sua tresloucada fuga ante a perspectiva de ir a Nínive e executar a missão confiada por Deus, é explicável.

Mas não há razão para temer. O anjo tranquiliza Maria: *Ne timeas*, «não temas». Não há que ter medo de Deus, nem do destino que Ele mesmo preparou para cada um. O pior é o egoísmo ou a inconsciência dos que não veem porque não podem ou não querem ver, o isolamento daqueles que, por cortarem o contato com a voz de Deus, são incapazes de encontrar o sentido da sua vida e a organizam à sua maneira. É então que se desvanece qualquer garantia de êxito, que falta todo o ponto de apoio e o homem se vê abandonado às suas

próprias forças no turbilhão de circunstâncias alheias à sua vontade que o atacam por todas as frentes.

Ora bem, é preciso *ver*. Quem considere as criaturas sejam pessoas ou coisas, acontecimentos ou instintos, impulsos ou desejos – como algo opaco, como algo que começa e termina em si, condena-se a ser brinquedo em mil mãos. Todas essas coisas têm que ser de tal transparência que permitam ver através delas o próprio Deus, esse Deus que em cada momento espera alguma coisa de nós. E para ver, são necessárias vista e luz. É necessária uma certa sensibilidade interior para se perceber a mensagem de Deus nas suas criaturas: um cego não pode ver. Mas também não pode ver quem possua excelente visão, mas se encontre rodeado de trevas. É necessária luz, e uma luz sobrenatural que – é o caso de São Paulo – muitas vezes cega para as coisas de fora à força de intensidade interior, uma intensidade tal que permite ver essas realidades escondidas. Para os que não possuem visão sobrenatural, a linguagem das criaturas é ininteligível; não tem outro sentido além do aparente som das palavras, em que não encontram qualquer significado: como os discípulos do Senhor, que não compreendiam nada quando Ele lhes predizia a sua paixão.

Essa falta de sensibilidade, esse modo de ser interiormente grosseiro, é o maior inconveniente com que habitualmente se tropeça; e a sua eliminação, uma das mais urgentes tarefas de confessores, educadores e diretores espirituais. A carência de visão sobrenatural, uma vida à margem de Deus em medida mais ou menos intensa, com o espírito absorvido em coisas que passam e se desvanecem, sem uma percepção das realidades sobrenaturais que se escondem por detrás delas, é causa de que muitos cristãos destruam a sua vida aqui e comprometam a do além. Não há falta de luz: Ele é a luz, é-o sempre. Também não falta

o dom da vista. Em última análise, quem não vê é porque não quer, pois, se em muitos casos não há malícia, dificilmente deixa de haver superficialidade ou despreocupação.

É muito possível que se nós, cristãos, conhecêssemos o Evangelho – coisa que infelizmente é muito pouco frequente –, repararíamos que a nossa vida se escoia naquela súplica angustiosa e emocionada do cego de Jericó: *Domine, ut videam!* «Senhor, que eu veja!» (Mc 10, 51). É tão triste não ver! Somos tão inúteis e tão pesados aos outros quando não vemos!

O objetivo e o subjetivo tornam-se ainda mais difíceis de destrinçar quando se trata de captar intimamente a mensagem. O mais importante é, sem dúvida, penetrar no sentido da comunicação até a sua raiz mais profunda. Mas a aplicação pessoal do seu conteúdo – isto é, a percepção de que aquilo que se vê com clareza traz consigo um delicado convite para que, realizando-o, ocupemos o nosso lugar e sigamos a trajetória previamente desejada por Deus – requer uma outra condição, como antes apontávamos: o desprendimento.

No caso da Bem-aventurada Virgem Maria, essa aplicação pessoal não lhe suscitou o menor problema porque, estando cheia de graça, aderiu com toda a espontaneidade ao que a sua fina delicadeza interior lhe fazia perceber como vontade de Deus. Mas nós nascemos no pecado, e a tríplice concupiscência tortura-nos – às vezes com grande dureza – e transforma-se num pesado lastro que nos tira agilidade para nos dirigirmos para Deus. É por isso que os que estão interiormente mais perto de Deus equacionam com menos esforço e mais coerência o problema da vocação e o aceitam logo que se apercebem dele.

Estamos também num campo em que mais sutilmente se infiltra a prudência humana. A natural resistência a

tudo o que é total e definitivo recorre a mil raciocínios e previsões, a argumentos aparentemente lógicos e de peso. Neste ponto, é fundamental a sinceridade de cada um consigo mesmo, e sem ela dificilmente se pode chegar à paz interior, porque é então que se torna mais próximo e ameaçador o perigo de falsear a consciência própria. Há laços tênues, pequenos interesses, sutis raciocínios que nos impedem de ser verdadeiros ao equacionarmos exatamente e com toda a precisão o problema. «Como é difícil ao homem tirar a consequência prática das suas convicções intelectuais, quando estas lhe exigem um sacrifício! Como é longo o caminho que vai da cabeça ao coração!» (Joseph Holzner).

Porque é este que intervém agora, e o coração não pensa, o coração quer. É talvez o momento mais difícil e doloroso, aquele em que sobrevém o conflito interior provocado pela tensão de duas tendências interiores fortes e contrapostas: a inteligência que vê e o coração que não quer ver e resiste. É aqui que surge com todo o seu peso a natureza enfraquecida pelo pecado original, atando-nos ao sensível e despertando mil gritos que mascaram a chamada. No entanto, há, no fundo, como que um pressentimento da realidade dessa chamada, juntamente com um medo instintivo de aceitar o problema tal como está posto, porque nesse caso haveria que aceitar também todas as suas consequências e resolvê-lo adequadamente. É então que, muitas vezes, se tenta resolver esse estado de tensão e conflito pelo exame das condições e sintomas da vocação para uma entrega total e uma doação absoluta, pela procura instintiva de alguma coisa onde apoiar a inteligência para tranquilizá-la e afastar o que a natureza reluta em admitir; é então que se dá uma importância inconsciente e engenhosa a coisas que não a têm e nunca a tinham tido, sem ponderar – nesse estado

de atordoamento – que a vocação não pode depender de sistemas nervosos ou aparelhos digestivos, ainda que estes possam ser prova evidente de que não se possui determinada espécie de vocação.

Procura-se como que um sinal, uma *evidência humana*, sem compreender que se trata de um fato que não é simplesmente humano, mas uma realidade predominantemente sobrenatural. É verdade que a razão, a inteligência, deve atuar. A Igreja, sabiamente, com a sua velha e experimentada sabedoria, fixou umas condições – uns sinais – sem os quais uma vocação não pode ser autêntica: são necessárias a intenção reta, a idoneidade, e que a pessoa seja aceita.

Esta última condição é a mais delicada, porque desse modo se abandona a seres humanos, com toda a sua carga de imperfeição e fragilidade, a interpretação última da autenticidade da mensagem. Daí esse tempo de prova que transcorre antes da aceitação definitiva, porque se tornam necessários não só uma consciência reta, como também um profundo conhecimento de cada caso, daquilo que em termos médicos se chama «história clínica», e de quantos elementos proporcionem critério claro. Daí também a responsabilidade dos confessores e diretores espirituais que devem aconselhar, pois também neles se pode infiltrar o elemento pessoal, que dificulta a ação do Espírito Santo. É bom recordar estas palavras de Santa Teresa do Menino Jesus na sua autobiografia: «É absolutamente necessário esquecer os gostos próprios, as ideias pessoais, e encaminhar as almas não para o seu próprio caminho, mas para aquele que Jesus lhes marca»⁴. Uma leviandade, um impulso

(4) Santa Teresa de Lisieux, *História de uma alma*, X, 11.

demasiado humano, uma precipitação, podem levar a um caminho errado e arruinar uma vida.

De resto, é frequente que a recepção da mensagem de Deus não tenha lugar num momento único, de uma só vez, porque a própria mensagem é, em muitas ocasiões, gradual. Talvez o caso mais característico seja o de São Paulo. Quando se rende e pergunta: *Que queres que eu faça?* (At 9, 6), o Senhor apenas lhe diz que se dirija a determinado lugar, onde lhe darão instruções; daí em diante, umas vezes por si mesmo, outras por meio da comunidade (da Igreja), Deus vai-lhe fazendo saber progressivamente o que quer dele, até lhe ser desvendada a sua missão de Apóstolo das Gentes. O que, por fim, conduz à plenitude da vocação, à descoberta da finalidade da existência, é a fidelidade às pequenas chamadas de Deus, a docilidade em seguir os impulsos da graça. Uns chegam a essa descoberta paulatina e suavemente, sem sobressaltos; outros – talvez por se encontrarem muito mais presos às criaturas ou ao juízo próprio – têm de passar por autênticas catástrofes interiores, e só chegam a ela através de não poucas obscuridades e tormentas, que os vão despojando de quantos laços os impedem de voar e eliminam as opacidades que lhes toldavam a vista.

A resposta

É muito difícil chegar a penetrar no mais íntimo dos sentimentos da Santíssima Virgem no momento da Anunciação, mas o certo é que, num lapso de tempo excepcionalmente breve, passou da inquietação à mais absoluta serenidade. Não havia na sua natureza resistência à palavra de Deus. Tranquilizada depois do *ne timeas*, com plena consciência do sentido que encerravam as frases de Gabriel, a sua resposta soou clara e distinta logo que o

anjo concluiu a sua revelação. Foi uma resposta breve, concreta, rápida: *Eis a escrava do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra*. Não houve sequer um minuto de hesitação. Também não pediu uma margem de tempo para refletir e decidir-se.

Aliás, não precisava disso: uma vacilação significa indecisão por parte da vontade, mas, perante um desejo de Deus, a indecisão seria uma atitude estranha na cheia de graça. Uma margem de tempo para refletir... Sobre o que é que tinha de refletir? Não sobre a legitimidade e realidade da mensagem, que não tinha nada de equívoco ou de obscuro para Ela. Nem sobre as consequências que podiam derivar da proposta, se a aceitasse; ou sobre a situação em que ficava, se não a aceitasse: a primeira reflexão seria pretender ir mais longe do que a previsão de Deus, e a segunda, cálculo. Mas imaginar que a Virgem Maria fosse calculista (isto é, que ponderasse cuidadosamente o risco que supunha a entrega a Deus e pensasse se a compensação era suficiente) é um absurdo, como o é também o pensamento de que lhe faltasse abandono ao desígnio divino. Se alguém jamais teve uma vital compenetração com a vontade divina, mesmo nas suas mais leves manifestações, esse alguém foi a concebida sem pecado.

O fato de a resposta ter sido excepcionalmente rápida não supõe de modo algum leviandade; as pessoas profundas não costumam comportar-se levemente perante decisões que exigem seriedade. De resto, uma vez mais devemos recorrer ao peculiar ser de Maria e, sobretudo, à sua Conceição Imaculada para compreender a resposta à mensagem. A explicação para as reações mais características de Nossa Senhora deve ser procurada na ausência total de pecado no seu ser, pois Ela não foi atingida pelas consequências do pecado original, como também não foi atingida pelo próprio pecado. É

difícil imaginar até que ponto as duas faculdades mais elevadas do homem, a inteligência e a vontade, se uniam nEla espontaneamente aos seus objetos, isto é, à Verdade e ao Bem. Só assim se explica a rapidez com que captou a mensagem e a firme adesão que prestou ao convite de Deus.

Maria adere não só ao fato da Maternidade, mas a todas as transformações humanas e sobrenaturais que esse fato trazia consigo, a todas as consequências que derivavam dele. Ela conhecia as palavras de Isaías acerca do Redentor, o varão de dores, coberto de opróbrios e chagado, ferido por nossas culpas. A ideia de uma redenção sangrenta, de um reino messiânico bem diferente daquele que os judeus seus contemporâneos acariciavam, não lhe era alheia, e esse modo de interpretar as Escrituras não deve ter sido a menor das causas que a levavam a isolar-se e a tornar-se estranha à mentalidade do seu próprio povo, tal como existia naquela altura. Não obstante, Maria aceitou plenamente a proposta do anjo. Mais ainda: esse conhecimento profundo das profecias messiânicas fez com que a sua resposta fosse total, isto é, abrangesse quantas vicissitudes, alegrias ou sofrimentos pudessem nascer do vínculo que a ia unir indissolivelmente ao Messias.

Há, além disso, na palavra pronunciada – *fiat*, «faça-se» – um certo tom de resolução, de coisa acabada, definitiva, que impressiona pela sua força. É muito mais do que um sim. A proposta, com efeito, não admitia retificações posteriores: exigia uma entrega da vontade que se prestasse não a fazer uma coisa determinada, mas a que se fizessem todas as coisas que estavam previstas e do modo por que teriam de fazer-se; pedia-se dEla que renunciasse a dirigir a própria vida. Tudo isso afetava-a de um modo direto e pessoal, porque, muito embora não fossem coisas que Ela tinha de realizar, eram coisas que se tinham de realizar nEla.

O *fiat* é muito mais que uma autorização: é uma adesão absoluta e firme ao plano divino; é um ato positivo de vontade pelo qual a Virgem *queria* o cumprimento dos propósitos divinos, não propriamente sem pensar em si mesma, mas aceitando de uma vez para sempre tudo o que o futuro lhe pudesse reservar, fosse o que fosse.

O fato de a aceitação ter sido precedida pelo *ecce ancilla Domini* – «eis a escrava do Senhor» – dá um caráter ainda mais definitivo à resposta. O claro conhecimento do seu ser com relação a Deus, da sua condição de serva do Senhor – de servidora –, ilumina ainda mais o conteúdo do *fiat*. Maria reconhece-se *escrava*; e nenhum servo se lembra de interrogar o seu senhor ou de estabelecer-lhe condições; aceita simplesmente o seu trabalho e executa-o. Mas, no caso da Santíssima Virgem, a sua união com Deus levou-a a identificar-se com os desígnios divinos, querendo-os com toda a lucidez da sua inteligência e firmeza da sua vontade.

Serva do Senhor, mas livre, com uma liberdade soberana, só ultrapassada pela do seu Filho, que era Deus. Parece, ou pode parecer, aos olhos dos que limitam superficialmente o conceito de liberdade ao campo natural – precisamente a esse campo em que não poucas vezes se dá um falseamento do conceito e se entende por liberdade o que é simples escravidão –, que as circunstâncias pesaram tão fortemente sobre Nossa Senhora que de algum modo hipotecaram a sua vontade, forçando-a à decisão positiva; como se o caráter extraordinário da Anunciação e a presença física do Arcanjo exercessem uma certa coação sobre Ela e a impelisses, influenciada pela densa carga sobrenatural do fato, a uma aceitação instantânea.

É evidente que esta ideia não resiste a uma análise mais profunda dos fatos, sobretudo se tomarmos o termo «liber-

dade» no seu verdadeiro sentido. Liberdade não é o mesmo que independência. A Imaculada Conceição de Nossa Senhora uniu-a sobrenaturalmente a Deus desde o princípio da sua existência, vinculou-a ao Criador, ao único Ser absolutamente livre. Ora, esta é a raiz da soberana decisão de Maria, porque «somos livres na medida exata em que podemos amar os seres e as coisas de que dependemos». As nossas possibilidades de liberdade identificam-se com as nossas possibilidades de comunhão... O santo, que pode amar tudo, sente-se livre em todos os ambientes e em todas as circunstâncias; o inafetivo e o refratário, incapazes de vincular-se, encontram em toda a parte a escravidão. Saint-Exupéry dizia que o valor de um homem se mede pelo número e qualidade dos seus vínculos: ser livre é aderir interior e espontaneamente a um conjunto que nos inclui e ultrapassa, é manter com esse conjunto relações análogas às de um membro com o organismo de que faz parte. «A liberdade não significa nada em si mesma; vale o que valer o homem, e o valor deste mede-se pela densidade do seu ser e pela profundidade do seu amor» (Gustave Thibon).

Precisamente por ter sido a criatura mais próxima de Deus que jamais existiu, a Virgem Maria foi quem mais direta e intensamente participou da vida sobrenatural, isto é, da vida divina. As suas possibilidades de comunhão – de união – eram imensas, e, por se mover numa esfera excepcionalmente pura e elevada, pôde ser – e, portanto, agir – de um modo independente de toda a criatura, sobretudo pela sua forte dependência de Deus. Foi justamente essa adesão interior e espontânea ao plano de Deus, essa aceitação submissa e amorosa do seu lugar no conjunto que a incluía e ultrapassava, a expressão mais categórica de uma perfeita liberdade interior. Se, realmente, a liberdade se mede, em última análise, pela densidade do ser e pela pro-

fundidade do amor, o *ecce ancilla Domini* é a manifestação mais total da liberdade humana, pois a essência última de cada homem, aquela em que se enraíza a liberdade, é que seja criatura de Deus.

A resposta da Virgem, tão breve, concreta e rápida, sem vacilações, sem uma margem de tempo para refletir, é algo incompreensível para a nossa mentalidade, e chega mesmo a parecer-nos dura e temerária. Lançar-se assim, de repente, a um empreendimento de tamanha envergadura sem antes pesar e tornar a pesar as possibilidades pessoais e as circunstâncias que se podem apresentar é coisa que nos parece um ato precipitado e irresponsável, uma verdadeira loucura. Vem-nos imediatamente à memória aquela passagem do Evangelho em que o Senhor faz um apelo à prudência, referindo-se ao proprietário que, antes de começar a construir uma casa, não faz as contas para ver se a pode terminar; ou àquele rei que, antes de se lançar a combater o inimigo, não considera cuidadosamente as forças que possui, comparando-as com as do adversário, para ver se com elas é capaz de o vencer (cf. Lc 14, 28ss).

Com efeito, parece-nos que uma decisão repentina em assunto tão importante e transcendental é, na maioria dos casos, uma falta de prudência, uma leviandade. Por outro lado, contudo, a ninguém ocorre considerar que a Virgem Maria foi imprudente ou louca e temerária ao aceitar imediatamente a proposta do Arcanjo. Muito pelo contrário, parece-nos lógica a resposta e a rapidez com que a deu; parece-nos perfeitamente razoável, e assim o compreendemos e aprovamos.

Esta diversa avaliação do mesmo fato, esta contradição tem, contudo, uma explicação plausível, já que em um desses casos nos situamos num plano diferente. Essa aceitação tão plena e rotunda, e, ao mesmo tempo, tão pronta, parece-

-nos uma leviandade se o problema que reclama uma decisão se refere a qualquer um de nós. Mas já nos parece cheia de sentido e plenamente razoável no caso de Maria. Num terreno puramente teórico e abstrato, como simples exercício especulativo, ninguém tem o menor inconveniente em chegar às conclusões mais extremas e radicais: ao fim e ao cabo, não se ultrapassam os limites de um plano ideal, sem repercussão alguma na vida. As dificuldades, a resistência e o absurdo surgem quando se impõe a aplicação ao caso pessoal, e não por um acaso fortuito. Aqui intervém violentamente a natureza real do homem, com tudo o que ela implica. Ora bem, o fato da vocação (tal como aqui se vem entendendo) não é substancialmente diferente no caso da Virgem Maria – uma criatura – do de qualquer um de nós – criaturas também –; não há elementos essenciais diferentes.

O que impede a livre e espontânea resposta da alma ao convite divino são as feridas que o pecado original deixou na natureza humana como um sinistro legado. O que refreia o impulso sobrenatural de obediência a Deus são a sensualidade e a cobiça, o orgulho em todas as suas formas e o desejo natural de uma felicidade imaginada pelo próprio *eu*. Esta rebeldia, porém, não costuma traduzir-se, pelo menos na grande maioria dos casos, numa oposição aberta: normalmente, apresenta-se disfarçada sob a forma de mil máscaras, das quais a mais importante será porventura a que faz retroceder o problema – furtando-o à decisão – ao momento imediatamente anterior da percepção, como vimos anteriormente.

Uma vez entrevisto claramente o desígnio divino, a decisão deve ser imediata, total, definitiva, plenamente livre, como na Virgem Maria. De resto, uma resposta parcial ou irresoluta, provisória ou formulada com reservas, seria falsa e inútil, porque não só não resolveria nada, como aumenta-

ria o tempo de angústia que experimenta todo o ser compelido a definir-se de uma vez para sempre.

Contra a resposta imediata, apresenta-se aquilo que podemos chamar a «tentação dos adiamentos». Também aqui se aplicam umas linhas de Holzner que, embora escritas como uma observação sugerida pelo caso de São Paulo, têm um valor genérico pela sua densidade teológica: «Sempre que se chega a um contato com Cristo e com o mundo superior, e se espera por um tempo mais oportuno, até que se sinta uma inclinação, torna-se cada vez mais improvável que o tempo oportuno chegue. Toda a recusa endurece o coração».

No fundo, toda a atitude dilatória perante uma decisão que Deus exige procede de uma certa dose de covardia e nasce fundamentalmente do medo ao choque: receia-se cortar com a situação de que se desfruta. Ante a perspectiva angustiada da dor – tal é o rosto da renúncia e do desprendimento exigidos pela vocação –, a natureza coage inconscientemente a pessoa a adiar o instante definitivo, a ganhar um tempo que pode resolver a tensão ou suavizá-la, mas que constitui um perigo precisamente por ser uma atitude provocada pela natureza contra a graça: esse espaço de tempo que se ganha com a demora deixa uma ampla margem à ação das obscuras forças destrutoras do pecado, as quais podem, ao fim e ao cabo, pesar decisivamente na vitória da natureza sobre a graça e afogar à nascença o *fiat* que ia decidir sobre a sorte futura da pessoa no sentido planejado por Deus.

É neste ponto que melhor se pode apreciar a conveniência de uma resolução serena e objetiva. Porque, se a decisão da Virgem Maria foi ao mesmo tempo rápida e serena, é preciso considerar que, da decisão de qualquer pessoa ante o fato da chamada divina, devem estar igualmente distantes

a ligeireza e o adiamento. Daqui a importância de uma vida interior sólida, alicerçada numa grande sinceridade com Deus e conosco, numa visão clara da nossa condição de criaturas e, ao mesmo tempo, no conhecimento da existência de um plano de Deus, em função do qual ganha sentido o ser pessoal de cada um.

Uma coisa é agir *com* entusiasmo (o que é, sem dúvida, excelente, uma vez que é sinônimo de convicção e confiança) e outra é agir *por* entusiasmo. O entusiasmo é um sentimento, e, como tal, mutável, razão pela qual as coisas que se edifiquem sobre ele estão destinadas, logo que o entusiasmo desapareça, a desabar por falta de alicerces.

O tempo de espera é necessário até o momento em que se perceba a vontade de Deus; mas depois o *serviam*, o *fiat* – o «servirei», o «faça-se» – devem ser a resposta imediata. O melhor momento para a decisão é aquele em que a luz abriu caminho e Deus rasgou o coração para que compreendesse a mensagem; deixar passar esse momento seria permitir que o mundo, o egoísmo e a natureza caída irrompessem no interior da pessoa e destruíssem essa abertura pela qual, num instante, a graça penetrara a jorros. Toda a demora é porta aberta para múltiplas tentações que se infiltram facilmente até o centro da alma; e é especialmente perigosa quando consciente, isto é, quando significa um adiamento voluntário.

Faz parte dos desígnios de Deus a luta por servi-lo, e, dada a nossa constituição viciada pelo pecado, a resistência natural a exigências totais é humana. Esta é, com efeito, a razão de que haja luta, coisa que, por outro lado, seria inexplicável se não existisse essa íntima contradição em cada homem, ou, para utilizar a linguagem de São Paulo, entre dois homens – o velho e o novo – que se empenham em aniquilar-se mutuamente.

Contra as decisões totais, temos de contar também com a tentação dos «inconvenientes», que consiste, fundamentalmente, em dar importância a mil circunstâncias absolutamente humanas que, de algum modo, podem servir de impedimento e, portanto, impossibilitar a entrega absoluta a Deus. São razões do tipo externo, que nos vêm de fora, embora – e daqui a importância dessa tentação – encontrem no interior de cada homem uma certa cumplicidade. Em todos esses argumentos, é a natureza que manobra, disposta a servir-se de quantas armas encontre ao seu alcance para justificar uma atitude que, na sua mais íntima raiz, não é reta. Geralmente, e para os que têm uma certa profundidade interior, certas circunstâncias mais periféricas e triviais pesam pouco. A que pesa mais esmagadoramente é a mais delicada e natural de todas elas, até mesmo porque está plenamente de acordo com a ordem estabelecida por Deus: a família de sangue.

A oposição – ou incompreensão – dos parentes e sobretudo dos pais é, sem dúvida, a prova mais dolorosa de quantas podem assaltar as pessoas com vocação, porque a ligação com os pais é um dos laços mais fortes, naturais e íntimos. Há pais que fizeram os seus planos e têm as suas ambições acerca do futuro dos filhos; há pais que, por um ou outro motivo, necessitam dos filhos. Eis como chega a formar-se um verdadeiro problema de consciência. Só quando, mesmo nesta fase, se continua a considerar a questão do ponto de vista de Deus, sob a ação da graça, é que se chega a resolvê-lo, pois evidentemente Deus conhece desde sempre – e melhor que nós mesmos – essas circunstâncias familiares (incluída a oposição, se porventura existe) que *parecem* impedir a resposta afirmativa total, e, apesar disso, faz a chamada.

Não é possível que Deus incorra em erro ou atue distraidamente: os «inconvenientes» foram previstos por Ele, entram em cheio nos seus planos e são peças que desem-

penham uma função positiva. É importante esta consideração, porque é bem sutil o perigo de adaptar a chamada de Deus às circunstâncias que o mundo cria à nossa volta. Procuramos quase subrepticamente sobrepor à vontade de Deus uma outra que não é exatamente a sua, limando-lhe asperezas, substituindo-lhe aspectos, despojando-a daquilo que muitas vezes lhe dá o cunho divino – a cruz – e acabando por deformá-la para lhe fixar os limites traçados pelo nosso *eu*.

A entrega deixa então de ser total, porque não se entrega tudo. É Deus quem tem maior direito sobre nós e sobre as coisas que nos deu; e, se exige *tudo*, temos que dar-lhe tudo, mesmo a família a que pertencemos, os pais, a honra e a vida. Não lhe podemos regatear nada, nem podemos furtar a essa entrega isto ou aquilo, por muito que o estimemos: «Quem compreende o reino que Cristo propõe percebe que vale a pena arriscar tudo para consegui-lo: é a pérola que o mercador adquire à custa de vender tudo o que possui, é o tesouro achado no campo»⁵.

No que se refere à nota de irrevogabilidade, de coisa definitiva que toda a resposta à chamada deve ter, bastarão umas singelas observações. Para assegurar a conquista do México e impedir que a sua gente pudesse sentir a tentação de desertar, Fernão Cortês queimou as suas naus, mas conservou os instrumentos com que poderia tornar a fabricá-las. Neste caso, a destruição das naus não é um fato inteiramente conclusivo. Uma entrega a Deus que não se desfizesse, desde o primeiro momento, de uma certa esperança de tornar à vida anterior seria radicalmente falsa. Entregar-se a Deus e acariciar, ainda que nebulosamente, de modo vago e inconcreto, planos, sonhos ou projetos fora do

(5) Josemaria Escrivá, *É Cristo que passa*, n. 180.

caminho aceito não é entregar-se; esse olhar pelo canto do olho para o que teria podido ser o futuro escolhido, se Deus não se tivesse interposto com as suas exigências absolutas, recorda quase literalmente a imagem evangélica do homem que põe a mão no arado e olha para trás (Lc 9, 62).

Há, é certo, um tempo que se chama de prova, mas a palavra não indica de modo algum que a disposição das pessoas durante esse período seja meramente provisória. Podia também chamar-se a esse tempo, com toda a propriedade, período de formação, pois, na verdade, não se trata tanto de pôr à prova a realidade e a sinceridade da chamada, como de ir preparando para Deus o instrumento de que Ele necessita, de acordo com o espírito que Ele próprio indicou ao conceder determinada vocação.

Em todo o caso, se a atitude da pessoa for sincera, fica eliminado qualquer caminho que não seja esse que se aceita plenamente no momento em que se pronuncia o *fiat*. Mais adiante veremos como a virtude teologal da fé desempenha um papel primordial em todas as etapas da vocação e no combate a todos esses tipos de tentações.

Por último, a decisão deve ser livre. Também aqui nos pode espreitar uma tentação característica: a da coação moral. A tentação, contudo, não está, como poderia parecer, em que haja coação moral no fato de se aceitar uma vocação de entrega a Deus, mas antes em que o espectro da falta de liberdade plena para decidir venha a perseguir a pessoa depois da aceitação, desorientando-a e provocando um estado de confusão e inquietação que roube a paz. Na realidade, é muito difícil dar-se uma coação moral que induza uma pessoa a tomar uma decisão contrária àquela que claramente entende que deve tomar. A fisionomia desta tentação é completamente diferente, pois ordinariamente aparece como uma ofuscação provocada pela forte influência de uma personali-

dade alheia, que com o seu poder de irradiação cria um clima tal que subjuga e arrasta. Como, por outro lado, a existência de influências em torno da pessoa é um fato real, o fantasma da coação moral assume um certo ar de verossimilhança, que leva a tomar em consideração fatores que deveriam ser desprezados por um espírito são e equilibrado.

Desde o momento em que se admite – e deve admitir-se, porque é um fato – que o homem é um ser sociável e, portanto, aberto a toda a espécie de influências, tanto podemos distinguir influências num sentido como no outro. Toda a vida está sujeita a forças opostas e desenvolve-se num estado de tensão, que, em último extremo, conduz ao binômio Natureza-Graça. A palavra «liberdade» suscita múltiplos problemas de toda a índole, porque – à parte o mais profundo deles, de caráter teológico, acerca da coordenação entre a onipotência divina e a liberdade humana – a simples consideração da tendência humana para a imitação e o mimetismo basta para provocar um sem-fim de problemas. Mais ainda: a determinação de uma liberdade quimicamente pura, isenta de qualquer espécie de influências, é na realidade impossível, pois, num ser inteligente, a vontade inclina-se para o que a inteligência lhe apresenta como um bem e – isto é lógico – a liberdade tende a decidir no sentido a que se inclinam a inteligência e a vontade. Todo o pensamento tende a influir na liberdade, já que a liberdade é uma qualidade do ser inteligente.

Chega-se, pois, à conclusão de que, como a liberdade não é sinônimo de independência, as mesmas razões que há para falar de coação no caso de uma decisão de entrega a Deus surgem também no caso de quem se entrega – por exemplo – a uma mulher pelo casamento, quer dizer, em outra vocação. A diferença está em que, enquanto todas as forças instintivas atraem para o mundo, a doação absoluta tem de

vencer a forte coação da natureza. De resto, só quem careça de personalidade, isto é, quem seja humanamente débil em inteligência e vontade se sentirá coagido, e uma pessoa nessas condições certamente não parece possuir o mínimo de qualidades para merecer uma vocação superior. «O Senhor não destrói a liberdade do homem: foi Ele precisamente que nos fez livres. Por isso, não quer respostas forçadas; quer decisões que procedam da intimidade do coração»⁶.

O sentido da vida

Tudo o que foi exposto até aqui, embora não seja senão um conjunto de reflexões sugeridas pelos versículos de São Lucas sobre a Anunciação, relaciona-se, contudo, com um dos mais apaixonantes problemas que afetam a vida humana, não apenas a cristã. Eis por que não é inútil completarmos estas ideias com mais algumas considerações, se bem que sob ângulos diferentes.

Impõe-se aqui uma referência a São Josemaria Escrivá, fundador do *Opus Dei*, cuja doutrina abriu tantas perspectivas à espiritualidade dos leigos e teve tanta influência, não só na orientação e conteúdo deste livro, como na própria vida do autor. Para já, duas breves considerações desse pequeno grande livro que é *Caminho* situam o problema da vocação – tomada no sentido mais amplo – num terreno de transcendência que não é lícito eludir.

Depois de expor a condição evangélica para entrar no Reino dos Céus – fazer a vontade do Pai –, acrescenta: «De que tu e eu nos portemos como Deus quer – não o esqueças – dependem muitas coisas grandes». «Nós somos pedras,

(6) Josemaria Escrivá, *É Cristo que passa*, n. 100.

silhares, que se movem, que sentem, que têm uma libérrima vontade. O próprio Deus é o canteiro que nos tira as arestas, arranjando-nos, modificando-nos, conforme deseja, a golpes de martelo e de cinzel. Não queiramos afastar-nos, não queiramos esquivar-nos à sua Vontade, porque, de qualquer maneira, não poderemos evitar os golpes. – Sofreremos mais e inutilmente, e, em lugar de pedra polida e apta para edificar, seremos um montão informe de cascalho que os homens pisarão com desprezo»⁷.

Todos temos uma função a cumprir na vida. A criação não é uma mera justaposição de seres, mas uma grandiosa estrutura com unidade, razão de ser e objeto, ordenada em planos diversos que vão desde as pedras inertes até os anjos que servem junto do trono de Deus (Joseph Pieper). Nada do que existe é inútil. Há uma verdade bastante mais profunda do que a simples letra, e o sentido em que geralmente a tomamos induz a pensar no velho aforismo «enquanto houver vida, há esperança». A razão é simples: Deus não mantém seres inúteis sobre a terra, e, enquanto o homem dispuser de tempo, pode ter a certeza de que, aos olhos de Deus, ainda lhe resta alguma coisa por fazer, alguma coisa que, precisamente, justifica a sua existência e que diz respeito a Deus.

O fato de a criação não ser um conglomerado de seres, mas um conjunto harmônico e ordenado, explica os vários tipos de vocação. Toda a alma tem o seu caminho próprio, mas é também o elo de uma cadeia: entrelaça-se com outros seres. Eis por que a fuga à vontade divina implica uma responsabilidade grave; com efeito, da plena integração de cada um nos desígnios divinos podem depender muitas coisas grandes. Daqui também a desigualdade das graças, pois é o próprio Deus que, como o pedreiro com os blocos de cantaria, burila

(7) Josemaria Escrivá, *Caminho*, Quadrante, São Paulo, 2019, nn. 755 e 756.

o homem com a sua colaboração, para o formar segundo a medida exata. As graças de cada qual foram previstas antes do seu nascimento e distribuídas ao longo do seu caminho; são esses «golpes» de Deus que vão conduzindo o homem pela vida – até a Vida –..., se os souber «encaixar» com uma plena adaptação ao desígnio divino. E opor-lhes resistência é rejeitar a graça, é contribuir para que, ao chegar inevitavelmente, destrua em vez de criar. Não se podem conceber existências mais fracassadas e desarticuladas.

A plena correspondência de Nossa Senhora às mais leves insinuações do Espírito Santo permitiu-lhe aumentar desde criança o caudal da graça original, a tal ponto que, quando chegou a hora de Deus, estava cheia de energia e de sentido sobrenatural para entregar-se ato contínuo à vontade do seu Criador. Uma coisa muito grande dependeu da sua submissão, e esta não faltou porque Maria estava preparada.

A descoberta da vocação pessoal é o momento mais importante de toda a existência. Tudo muda, sem nada mudar, como a paisagem que, sendo a mesma, é diferente antes e depois do nascer do sol. Toda a descoberta comunica uma nova beleza às coisas e, como um caudal de nova luz que provoca novas sombras, é prelúdio de outras descobertas e de novas luzes, de mais beleza. É isto que quebra a monotonia da vida. Ninguém viveu tão alegremente como os santos; também ninguém como eles saboreou mais a vida, que então se torna apaixonante, como um belo poema ou uma grandiosa sinfonia. «Todos os fatos e acontecimentos passam a ocupar o seu verdadeiro lugar: entendemos para onde o Senhor nos quer conduzir, e sentimo-nos como que avassalados por essa tarefa que Ele nos confia»⁸.

(8) Josemaria Escrivá, *É Cristo que passa*, n. 45.

Dos dois pontos de *Caminho* acima transcritos, depreende-se a impressionante seriedade do problema e, como consequência, a imensa responsabilidade inerente à sua resolução. É explicável que se sinta um medo natural e instintivo ante a perspectiva de uma vocação de entrega total. Mas esse medo não deve conduzir nunca a um voluntário afastamento de Deus, mesmo que seja parcial e por pura cautela. Não se aproximar demasiado de Deus com medo de que queira apoderar-se de todo o nosso ser e levar-nos a abandonar os planos e ambições, gostos e projetos que alimentávamos à margem da sua vontade, é uma posição falsa e perigosa.

Falsa porque se opõe à verdade, quer dizer, à realidade. Se Deus nos escolheu entre uma multidão de criaturas para desempenharmos um papel na criação, estamos perante um fato que nós não podemos mudar e perante o qual a única atitude digna de um homem é aceitá-lo tal qual é, porque nem depende de nós, nem deixará de ser assim, por mais que pretendamos ignorá-lo.

Uma posição, além disso, perigosa. Quem fecha os olhos ou se refugia numa amável e cômoda penumbra para não ver com demasiada clareza faz-nos evocar aquelas terríveis palavras de Isaías citadas por São João a propósito da atitude dos fariseus: *Cegou-lhes os olhos e endureceu-lhes o coração: para que com os olhos não vejam e no seu coração não percebam, pelo temor de converter-se e de que eu os cure* (Jo 12, 40). Quem fecha voluntariamente os olhos vai a caminho de os ter fechados definitivamente, porque a falsa cegueira provocada pode converter-se em cegueira real e verdadeira.

Por outro lado, a resistência não faz mais do que enveredar-nos por um caminho escolhido por nós mesmos, de acordo com os nossos próprios gostos e desejos. E, então, enganamo-nos de caminho e tornamo-nos merecedores da-

que as palavras de Santo Agostinho: *Bene curtiis, sed extra viam* («Corres bem, mas fora do caminho»).

Caímos numa subversão de valores, por colocarmos a nossa vontade acima da vontade de Deus num assunto de tal importância que não há outro que comprometa tão radicalmente a vida inteira.

O homem fica agora desarticulado. É como se tivesse um osso fora do lugar: está deslocado e dói. Também a vida dói e se torna pesada quando não ocupamos o nosso posto na criação e quebramos a harmonia do plano divino subtraindo a nossa existência aos propósitos de Deus. Neste caso, só o humilde reconhecimento da nossa própria culpa – desse *non serviam* («não servirei») que nos leva a preferir a nossa vontade à de Deus – pode devolver-nos a paz; porque nos levará à necessidade de reparar, de pagar, de aceitar a dor produzida pelo deslocamento, e a dor assim aceita converter-se-á em cruz, e a cruz querida e abraçada é caminho de salvação. Não é em vão que Deus é Pai e tem entranhas de misericórdia (*Deus noster, Deus salvos faciendi!*, «O nosso Deus é um Deus que salva»; cf. Sl 67, 21), e para Ele nada é impossível (cf. Lc 1, 37).

Não tem razão de ser, nem sequer é razoável – fala-se aqui, como é lógico, do ponto de vista sobrenatural, isto é, para cristãos –, a reserva perante Deus. A vocação não é uma realidade temível, perante a qual seja preciso assumir uma atitude de defesa; pelo contrário, é a razão do nosso ser e do nosso existir, é a prova evidente, palpável, do amor que o nosso Pai-Deus sente por nós. Não somos seres inúteis, abandonados à mercê do capricho de cada momento, sem rumo e sem norma, como as pobres personagens dos romances de um Steinbeck, de um Faulkner e de tantos outros. Deus é amor, ensina São João, e nós somos fruto do amor divino: Deus preparou-nos um futuro, dotou-

-nos generosa e adequadamente para que o levemos a cabo até o fim, cuida atentamente de nós, segue os nossos passos, emenda os nossos erros... e inspira-nos medo?!

Vale a pena não esquecer o *fiat* de Nossa Senhora: foi a resposta de uma criatura ao *non serviam* de outra criatura. E a docilidade, a plena disponibilidade da mais humilde e mais pura e perfeita das criaturas ao desígnio de Deus abriu as portas ao Verbo para que nos salvasse. Quem sabe o que pode depender do *fiat* de cada qual ante o convite divino!

Porque não somos nós que escolhemos, mas é Deus que nos escolhe: *Non vos me elegistis, sed ego elegi vos, et posui vos, ut eatis, et fructum afferatis...*, «Não fostes vós que me escolhestes, mas Eu que vos escolhi, e vos destinei para que vades e deis fruto...» (Jo 15, 16). Não foi a Virgem Maria que escolheu o Senhor, que escolheu a sua condição de Mãe de Deus, mas foi Deus que a escolheu para a Maternidade divina. Do mesmo modo, é o Senhor que escolhe uma missão para cada um de nós, e que nos escolhe a cada um para uma função determinada. A vocação não é um puro assunto de escolha pessoal. Quando o endemoninhado de Gerasa, de quem Jesus tinha expulsado uma legião de demônios, pede ao Senhor que o leve na sua companhia, Jesus despede-o, dizendo: *Volta para tua casa e conta quanto Deus te fez. E foi publicando por toda a cidade quanto Jesus lhe tinha feito* (Lc 8, 38-39). Generosidade não lhe faltava, mas o seu caminho era outro: regressar a casa e ali publicar as maravilhas do Senhor.

«A santificação do homem é impossível sem uma plena adaptação ao plano divino: e a essência da santidade consiste no conhecimento desse plano e na submissão a ele» (Columba Marmion). É lógico. Tanto as graças preparadas por Deus para cada um de nós como as qualidades de que nos dotou e as circunstâncias pessoais que de qualquer ma-

neira nos afetam são-nos oferecidas em função do desígnio de Deus. Se hoje tantos cristãos vivem à deriva, com pouca profundidade e horizontes limitados, deve-se sobretudo à falta de uma consciência clara da sua peculiar razão de ser e de existir. Conhecem em termos abstratos o fim para que foram criados, mas ignoram a concretização desse fim genérico no seu caso pessoal.

A conexão entre a fé e a vida deve ser tal que a segunda seja um resultado da primeira; é a isso que se dá o nome de visão ou sentido sobrenatural e é isso que faz com que os nossos atos mais ínfimos se vinculem a Deus. «Não, meus filhos! Não pode haver uma vida dupla, não podemos ser como esquizofrênicos, se queremos ser cristãos.

Há uma única vida, feita de carne e de espírito, e essa é que tem de ser – na alma e no corpo – santa e plena de Deus, desse Deus invisível que nós encontraremos nas coisas mais visíveis e materiais»⁹.

Se parece excessiva a insistência neste ponto da vocação, repare-se na sua importância básica e primordial. Não é por acaso que toda a vida da Virgem Maria foi consequência da sua Maternidade. O que eleva o homem, o que realmente lhe confere personalidade, é a consciência da sua vocação, da tarefa concreta que o Senhor lhe pede. É isso que preenche uma vida e lhe dá conteúdo. Outra coisa diferente oferece o perigo de a converter num simples vegetar, e vegetar não é próprio de homens feitos à imagem e semelhança de Deus.

(9) Josemaria Escrivá, *Entrevistas com mons. Josemaria Escrivá*, Quadrante, São Paulo, 2016, n. 114.